

ATORES SOCIAIS, REDES E POLÍTICAS CULTURAIS

Antonio Albino Canelas Rubim *

Iuri Oliveira Rubim

Mariella Pitombo Vieira

A Cátedra Andrés Bello – Universidade Federal da Bahia, iniciada em 2004, tem como foco temático, desde sua primeira versão: *Políticas e Redes de Intercâmbio e Cooperação em Cultura no Âmbito Ibero-Americano*. Em 2004, simultaneamente ao curso, foi realizada uma investigação sobre a temática, destacando a atividade dos organismos multilaterais atuantes na região – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO; Organização dos Estados Americanos - OEA, Organização dos Estados Ibero-Americanos para Educação, Ciência e Cultura - OEI; Convênio Andrés Bello - CAB – e das redes culturais com presença no contexto ibero-americano. Foram então anotadas e analisadas 16 redes, que tratam, na região, do tema cultura em seu sentido mais amplo. Este estudo foi publicado em livro pelo Convênio Andrés Bello¹. A opção pela análise da atuação político-cultural dos organismos multilaterais e das redes culturais decorreu da necessidade de conhecer o comportamento de outros e novos atores das políticas culturais desenvolvidas, que não os Estados nacionais, sempre acionados em estudos do tema das políticas culturais.

Pretende-se analisar neste texto, uma questão que é uma espécie de continuidade do tema tratado. O novo problema pode ser formulado através das seguintes perguntas: Qual o estatuto das redes culturais com relação ao tema dos atores das políticas culturais? Elas se conformam como novos atores ou elas devem ser consideradas extensões de outros atores pré-existentes? Quais as condições exigidas para que elas se comportem de uma ou de outra maneira? A investigação ao buscar uma melhor compreensão do caráter das redes culturais deve trazer um entendimento mais refinado das políticas culturais na região. Afinal de contas, é relevante saber se as redes são um novo ator a ser incluído com igual estatuto no elenco dos atores existentes

¹ RUBIM, Antonio Albino Canelas; RUBIM, Iuri e VIEIRA, Mariella Pitombo. Políticas e redes de intercâmbio e cooperação em cultura no âmbito ibero-americano. In: CONVÊNIO ANDRÉS BELLO. *Siete cátedras para la integración*. Bogotá, Convênio Andrés Bello, 2005, p.129-170.

ou se, diferente disto, elas não têm este status e funcionam sobretudo como extensões de atores pré-existentes. As repercussões e os impactos das duas situações certamente são diferenciados, política e culturalmente, para a região ibero-americana. Antes disto, é preciso assentar algumas premissas para dar fundamentos teóricos e conceituais a esta investigação.

CENTRALIDADE E TRANSVERSALIDADE DA CULTURA

Felizmente hoje já existe uma vasta bibliografia acerca do tema da cultura e mais precisamente da presença crescente deste campo, perpassando um significativo espectro das dimensões societárias. Nada mais atual que falar e reivindicar a transversalidade da cultura: consubstanciada em políticas e em estudos da sociedade contemporânea. A cultura adquire, dessa maneira, um lugar singular e relevante na atualidade. Cabe reivindicar mesmo uma centralidade para a cultura. O informe final do projeto *Pensamento Renovado de Integração*, desenvolvido sob os auspícios do Convênio Andrés Bello, publicado em livro, tomou explicitamente com ponto de partida a seguinte premissa: "...el mundo en este siglo se contituirá no en torno a lo geopolítico, ni a lo geoeconómico, sino principalmente en torno a lo geocultural"². A proliferação de estudos e práticas culturais que articulam cultura e identidade, cultura e desenvolvimento, cultura e uma diversidade de outros dispositivos sociais, apenas confirmam o espaço e o valor adquiridos pela cultura nos tempos contemporâneos.

Com a modernidade temos a autonomização (relativa, é claro) do campo cultural em relação a outros domínios societários, notadamente a religião e a política. Tal autonomização – que não deve ser confundida com isolamento, nem com desarticulação ou desconexão com o social – implica na constituição da cultura enquanto campo singular, o qual articula e inaugura: instituições, profissões, atores, práticas, linguagens, símbolos, ideários, valores, interesses, tensões e conflitos, como sempre assinalou Pierre Bourdieu em seus textos. Um campo social é sempre um campo de forças, onde existem elementos de agregação, mas também de disputa: hegemonias e contra-hegemonias, enfim. A partir desse momento e movimento, a cultura passa a ser nomeada e percebida como esfera social determinada que pode ser estudada em sua singularidade. Para além disto, o campo cultural exige crescentemente que sejam formados

² Ver: GARRETÓN, Manuel Antonio (org.) *El espacio cultural latinoamericano. Bases para una política cultural de integración*. Santiago, Fondo de Cultura Económica / Convênio Andrés Bello, 2003, p.7.

indivíduos para as novas profissões associadas às instituições, que funda; às linguagens especializadas, que constitui; às simbólicas próprias, que tece; aos sistemas de valores específicos, que faz emergir etc.

Desde a modernidade até a contemporaneidade, podemos imaginar grandes eixos que perpassam o campo cultural e que, assim, configuram sua face atual. Ainda na modernidade, simultânea a sua autonomização relativa, temos uma politização da cultura. Isto é, a cultura, em conjunto com outras esferas sociais, passa a ter significado para uma política que deixa de ser legitimada pela referência ao transcendente, em uma acentuada submissão ao universo das religiões. O Estado-Nação moderno e seus governos têm uma legitimação secular e uma predisposição para uma atuação social laica. Com o declínio da religiosidade como eixo de legitimação da política, a cultura passa a ser uma das fontes significativas desta legitimidade³. Tal legitimidade secular, inicialmente associada às elites e aos interesses dominantes, paulatinamente, através da luta de diferentes segmentos oprimidos, passa a ser conformada por expedientes democráticos, que implicam na construção de hegemonia e a colocam na cena política como condição vital para a direção da sociedade. Ou seja, o consenso toma o lugar de mera coerção, típica das anteriores situações autoritárias, vivenciadas durante os reinados absolutistas ou mesmo nos governos iniciais da burguesia, que excluem todos os que não são da elite, através de expedientes como o voto censitário etc. Ao incorporar a lógica da construção e competição de hegemonias, a política necessariamente se articula com a cultura, posto que se trata da elaboração de direções intelectuais e morais, como diria Antonio Gramsci, e da disputa de visões de mundo, nas quais política e cultura sempre estão imbricadas.

Na passagem da modernidade para o mundo contemporâneo, outro dispositivo marca de modo relevante a esfera cultural. Comparece agora a mercantilização da cultura, intimamente associada ao desenvolvimento do capitalismo e da chamada “indústria cultural”. Tal processo indica, sem mais, o avanço do capitalismo sobre os bens simbólicos e, sem dúvida, é uma das premissas mais essenciais da noção de indústria cultural desenvolvida por Theodor Adorno e Max Horkheimer. Os bens simbólicos estavam preservados até aquele momento de serem produzidos através de uma lógica submetida ao capital. A emergência da lógica de produção da

³ Ver: RODRIGUES, Adriano Duarte. *Estratégias da comunicação*. Lisboa, Presença, 1990.

indústria cultural faz com que eles não sejam produzidos com também mercadorias, porque capturados e transformados em mercadorias na esfera da circulação, mas que já sejam concebidos como mercadorias, no momento mesmo de sua produção, como afirma perspicazmente Adorno. A mercantilização da cultura potencializa a tecnologização da cultura com a proliferação das mídias e das “indústrias culturais”. Neste último caso, o termo passa a ter um sentido radicalmente distinto da noção oriunda da Teoria Crítica, significando apenas indústrias que produzem cultura, ou melhor, cultura produzida industrialmente, mesmo que não submetida à lógica mercantil. A tecnologização da cultura, por fim, faz aparecer a cultura midiaticizada, componente vital da circunstância cultural, em especial dos séculos XX e XXI.

Um outro dispositivo foi marcante para a compreensão da cultura na atualidade: a culturalização da política. Aos “tradicionais” temas da política moderna – tais como: Estado; governos (executivo, legislativo e judiciário); monopólio da violência legal; direitos civis; liberalismo econômico etc. – a partir do século XX são agregadas novas demandas político-sociais, muitas delas de teor cultural. Ecologia; questão feminina; orientação sexual; modos de vida; comportamentos; diferenças étnicas, religiosas e nacionais; diversidade cultural; valores sociais etc são temas incorporados ao dia-a-dia da política e passam a compor os programas dos partidos políticos e fazer parte das políticas governamentais, sendo, simultaneamente, reivindicados pelos movimentos sociais e pela sociedade civil. Enfim, passam a fazer parte, de modo crescente, do universo da política. Nesta perspectiva, o horizonte da política contemporânea se amplia, ao incorporar, por demandas societárias, novos temas, muitos deles de forte impregnação cultural. Obviamente, a agregação de novos temas não se faz sem certo mal-estar no campo político, acarretando tensões e conflitos.

Mais um expediente pode ser destacado no processo de consubstanciação da cultura contemporânea. Trata-se da culturalização da mercadoria, processo tão bem assinalado em estudos recentes acerca das chamadas “indústrias criativas”. Neste âmbito, cabe registrar o crescente papel de componentes simbólicos na determinação do valor das mercadorias, mesmo sob o formato de bens materiais. Os casos exemplares podem ser muitos. Hoje em um automóvel importa o design, a marca ou outros elementos simbólicos que dão distinção e prestígio ao produto e não apenas, ou principalmente, os aspectos estritamente físico-tecnológicos de sua capacidade maquinica de transportar pessoas. Mais que a indústria têxtil

importa a “indústria” da moda. As referências às regiões de certificação de determinados produtos são essenciais hoje para o posicionamento distintivo destas mercadorias no mercado. Muitas marcas valem mais que todo o patrimônio territorial, infra-estrutural e tecnológico de certas empresas. Em suma, tais componentes simbólicos – portanto de denso conteúdo cultural – na atualidade também penetram os bens materiais e os investem de valor. Com a culturalização da mercadoria, amplia-se mais uma vez e de modo intenso o lugar da cultura na atualidade. A cultura passa a ser efetivamente uma dimensão simbólica que dá sentido ao mundo e que impregna todo um universo de: produtos, comportamentos, estilos de vida etc.

A cultura contemporânea se vê constituída e perpassada, igualmente, por fluxos e estoques culturais de tipos diferenciados. De um lado, emerge um processo de globalização, conformando produtos culturais que, fabricados de acordo com padrões simbólicos desterritorializados, buscam se posicionar em um mercado mundial de imensas dimensões controlado por mega-conglomerados, oriundos de gigantescas fusões de empresas, que associam cultura, comunicação, entretenimento e lazer. De outro lado, reagindo a este processo de globalização, brotam em vários lugares, manifestações confeccionadas por fluxos e estoques culturais locais. Mesmo no âmbito da cultura global, surgem espaços destinados aos produtos “típicos”, como é o caso, por exemplo, da chamada *world music*. A (re)localização cultural contemporânea tem sido a contrapartida da globalização cultural. Assim, o panorama atual aponta para um desigual e combinado processo de glocalização. Esta cultura-mosaico, como diria Abraham Moles, se alimenta através de sua enorme capacidade de digerir e mesclar fragmentos oriundos das mais distintas origens culturais, procedendo à montagem de culturas híbridas, na expressão de Nestor Canclini. A tensão entre tendências homogeneizantes e diversificadoras é uma característica persistente da dinâmica da cultura hoje, com seus antagonismos e suas forças discrepantes.

Nos interstícios entre as culturas globais e locais, com a conformação dos novos blocos supranacionais, floresce a possibilidade de espaços culturais regionais, como um novo componente da presente constelação cultural. A tematização e a configuração destes espaços culturais retém, por conseguinte, grande atualidade. Nestes termos pode-se reivindicar e lutar pela constituição de um espaço cultural ibero-americano ou mais especificamente latino-

americano, como propõem, entre outros, o livro do Convênio Andrés Bello e Nestor Garcia Canclini ⁴.

Assim, a cena contemporânea comporta um complexo conjunto de dinâmicas e de camadas de sentido que se sobrepõem, mesclam, negociam e conformam culturas híbridas, mas também contrastantes. Não por acaso, a discussão sobre a diversidade cultural tornou-se vital hoje, demandando inclusive a grande reunião da UNESCO, realizada em outubro de 2005, a qual discutiu e aprovou uma convenção internacional sobre diversidade cultural, essencial para a vida cultural no mundo e para a preservação e desenvolvimento de sua maior riqueza: a diversidade cultural, tão fundamental quanto a biodiversidade para o futuro do planeta e da humanidade.

Certamente outros dispositivos poderiam ser acionados para uma compreensão fina das configurações da cultura no mundo contemporâneo. A escolha destes eixos decorre do registro destacado ocupado por eles no desenho da cultura e de seu campo. Para concluir, podemos reafirmar que tais dispositivos propiciam que a cultura ocupe um lugar societário: central, singular e expansivo na atualidade. Tal centralidade nos obriga a pensá-la como dimensão transversal, porque perpassando toda a complexa rede que compõe a sociedade atual. A transversalidade da cultura, entretanto, não implica em seu desaparecimento enquanto campo social. Na contemporaneidade a cultura comparece como um campo social singular e, de modo simultâneo, perpassa transversalmente todas as outras esferas societárias, como figura quase onipresente.

Sem sombra de dúvida, na cena internacional observa-se a colocação da cultura em lugar de destaque na agenda mundial. A realização da Convenção da UNESCO, em outubro de 2005, discutindo e tomando posições políticas a favor da diversidade cultural é uma demonstração cabal disto, pelo que ela representou de mobilização dos países, inclusive com o retorno dos Estados Unidos aquele organismo multilateral.

⁴ CANCLINI, Nestor Garcia. *Latinoamericanos buscando lugar en este siglo*. Buenos Aires, Paidós, 2002. Neste livro Canclini fala em “economía y cultura: el espacio común latinoamericano”.

A transformação da dinâmica do sistema capitalista e as mutações do modo de auto-remuneração do capital também são responsáveis pelo agendamento da cultura na cena internacional. Elas deslocam a ênfase do paradigma do industrialismo, a força-motora do capitalismo clássico, com a ascensão do fenômeno que Manuel Castells chamou de “capitalismo informacional”: sistema de produção amparado na tecnologia de geração de conhecimentos, de processamento da informação e de comunicação de símbolos ⁵. Tal alteração cria um terreno fértil para o desenvolvimento da economia de bens simbólicos

O incremento das mídias, em especial das novas tecnologias digitais de informação, unida ao aprimoramento dos meios de transporte contribuiu para a intensificação da circulação de pessoas, idéias e objetos, potencializando a conexão da lógica capitalista aos mais variados modos de vida espalhados pelo globo. O mais interessante é perceber como vão sendo tecidas curiosas conexões, aproximando atores e lógicas que historicamente estiveram apartadas por um longo tempo. Hoje economia e cultura se aliam em uma poderosa, mas também perigosa sintonia.

Toda a espiral de mudanças contribuiu significativamente para a constituição de uma teia social específica na qual a negociação das “diferenças” ganha relevância, expressando-se como um dos vetores mais importantes do que hoje se chama de economia criativa. Tal contexto permite um tratamento especial de temáticas voltadas para questão das identidades (étnicas, de gêneros, sexuais, geracionais etc) e da diversidade cultural. Nesse compasso, um amplo espectro se abriu para conexões inusitadas entre capital e modos de vida considerados “tradicionais”, trazendo à tona uma importante temática que gravita em torno da questão cultural, qual seja: a resignificação de memórias coletivas, materializada no desenvolvimento de projetos voltados para a revitalização e a salvaguarda de patrimônio material e imaterial, resgates de tradições populares, comércio de artesanato e congêneres.

ORGANIZAÇÃO DA CULTURA E POLÍTICAS CULTURAIS

Traçado este panorama abrangente do contexto que ambienta a cultura na atualidade, através do acionamento dos eixos mais vitais de estruturação, cabe fazer uma aproximação mais fina

⁵ CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999, p.35.

do objeto de estudo, focando a questão da organização da cultura e, por conseguinte, das políticas culturais.

Parece desnecessário assinalar que a organização é um momento imanente ao sistema e mesmo a toda e qualquer manifestação e expressão culturais, em dinâmica macro e/ou micro-social. Mas este caráter inerente talvez tenha obscurecido a imediata atenção com este momento, que só recentemente emergiu como espaço de práticas e formulações.

Uma das características desta emergência recente e, em consequência, da ausência de tradição de estudos para a constituição específica deste momento é a falta de sedimentação inclusive na sua nomeação. Denominações as mais distintas são acionadas para intitular o momento da organização da cultura e os profissionais responsáveis por seu tratamento. Assim, as denominações *gerentes* e *administradores culturais* predominam nos Estados Unidos e na França; as noções de *animadores* e *promotores culturais* possuem uma importante tradição na Espanha; em muitos países da América Latina fala-se em *promotores* e *trabalhadores culturais* e em outros países podem ser utilizados termos como: *mediadores culturais*, *engenheiros culturais* ou *científicos culturais* ⁶. Em Portugal, também se utiliza a expressão *programadores culturais* para dar conta de atividade particular da esfera da organização da cultura ⁷. Mas recentemente a noção de *gestão cultural* ganha vigência em diversos países, dentre eles os ibero-americanos:

La noción de gestión cultural ingresa al discurso cultural en Iberoamérica con bastante influencia hacia la segunda mitad de la década de los ochenta, tanto en las instituciones gubernamentales como en los grupos culturales comunitarios ⁸.

A pluralidade de denominações não só indica a idade recente das práticas e dos estudos acerca da organização da cultura, como sugere itinerários e peculiaridades nacionais no que se refere ao desenvolvimento das modalidades organizativas da cultura, com forte incidência sobre a temática da formação de seus profissionais. Acompanhar tais trajetórias distintas pode servir para iluminar e dar continuidade à análise em transcurso.

⁶ ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS IBEROAMERICANOS. *Cuadernos Cultura I. Conceptos básicos de administración y gestión cultural*. Madri, OEI, 1998, p.19-20.

⁷ MADEIRA, Cláudia. *Os novos notáveis. Os programadores culturais*. Oeiras, Celta, 2002.

⁸ ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS IBEROAMERICANOS. Ob. cit. p.19.

O caso brasileiro apresenta nesta perspectiva uma notável singularidade, pois a noção predominante tem sido a de *produção cultural*. Tal dominância pode ser observada através da nomeação dos primeiros cursos brasileiros na área de organização da cultura ⁹ e do modo mais usual de (auto)nomeação dos profissionais que trabalham nesta área. Por exemplo: em dissertação de Maria Helena Melo da Cunha sobre o tema, os profissionais, que prestaram depoimentos sobre a construção de seu campo de trabalho na cidade de Belo Horizonte, de preferência, utilizam o termo *produtor cultural*. Eles só, excepcionalmente, se reconhecem na expressão *gestão cultural*, apesar da adesão da autora a este último termo, inclusive no título do trabalho ¹⁰.

A opção por esta nomeação decorre obviamente das suas peculiaridades históricas, em especial relativas as políticas culturais implementadas no país. Apesar de políticas culturais de caráter mais sistemático terem sido instaladas desde a década de 30, em especial com a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN e de outras instituições culturais no primeiro governo Vargas (1930-1945), o Brasil não desenvolveu, dentre estas políticas, uma preocupação mais abrangente com a formação de pessoal na área de organização da cultura. Deste modo, não se constituiu no país uma tradição que fizesse emergir a gestão cultural, enquanto campo específico estimulado pela atuação e pela demanda do Estado nacional.

A ausência de uma política de formação na área da cultura não é uma característica brasileira. A OEI, em seu informe sobre cultura e sustentabilidade na Ibero-América, recentemente publicado, afirma: “Sin embargo, parece cierto que una das características del espacio cultural iberoamericano es la indefinición formativo-profesional de los productores, gestores, agentes y mediadores culturales” ¹¹.

⁹ Os cursos de Produção Cultural da Universidade Federal Fluminense (UFF) e da Universidade Federal da Bahia (UFBA), ambos instalados em meados da década de 90. Posteriormente é que surgiram no Brasil cursos intitulados de Gestão Cultural.

¹⁰ CUNHA, Maria Helena Melo da. *Gestão Cultural: Profissão em Formação*. Belo Horizonte, Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, 2005 (Dissertação de mestrado).

¹¹ ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS IBEROAMERICANOS. *Cultura y sustentabilidad en Iberoamérica*. Madri, OEI / Fundação Interarts, 2005, p.10.

Na segunda metade dos anos 80, com a chamada crise do Estado e sua retração ou, conforme outros autores, com a incapacidade do Estado em fazer cumprir as decisões tomadas e assegurar a continuidade dos programas governamentais ¹², o governo José Sarney, de maneira contraditória amplia a infraestrutura cultural, inclusive com a criação do Ministério da Cultura em 1985, e simultaneamente, através da Lei Sarney (1986) desloca o financiamento da cultura para o mercado, de modo muito particular. Recorrendo a uma política de leis de incentivo, o Estado abre mão de impostos para que os empresários invistam em cultura. Desta maneira, o recurso é estatal, mas as decisões passam a ser do mercado. Isto ocasiona uma mutação acentuada no sistema cultural brasileiro, ainda não estudada em toda a sua plenitude.

Uma lógica de financiamento do setor empresarial se impõe, com todas as suas facetas, forçando – para o mal ou para o bem – o surgimento legalizado de “intermediários culturais”, como serão chamados na Lei Rouanet. Esta nova lei nacional de incentivo é uma revisão importante da Lei Sarney, mantida sua lógica de lei de renúncia fiscal. Tais “intermediários” devem elaborar projetos, captar recursos, administrar eventos etc. Em suma, devem organizar a cultura, em particular, aquela não adstrita ao Estado. Este se encontra quase paralisado, sem recursos próprios para investir e sem políticas culturais, a não ser aquelas relativas à vigência das leis de incentivo. Não por acaso, Maria Helena Melo da Cunha, na dissertação, constata que a formação do mercado de trabalho de produtores e gestores culturais acontece a partir da segunda metade dos anos 80.

A ausência de tradição na formação de gestores; a submissão da cultura à lógica de mercado e a fragilidade das políticas culturais do Estado nacional, fortemente intensificados nos oito anos de Fernando Henrique Cardoso, são, por excelência, o contexto explicativo para a emergência na nomeação de *produtores culturais*, com as características que eles adquirem no país. Uma discussão cuidadosa sobre a delimitação da figura do *produtor cultural* pode ser encontrada no trabalho de Linda Rubim ¹³. A explicação elaborada elucida igualmente a importância que o marketing cultural obteve no Brasil, comparado com outros países latino-americanos ¹⁴.

¹² DINIZ, Eli. Uma perspectiva analítica para a reforma do Estado. In: *Lua Nova*. São Paulo, (45):29-48, 1998.

¹³ RUBIM, Linda. *Produção Cultural*. In: RUBIM, Linda (org.) *Organização e Produção da Cultura*. Salvador, EDUFBA, 2005, p.13-31.

¹⁴ Sobre marketing cultural, ver: RUBIM, Antonio Albino Canelas. *Marketing Cultural*. In: RUBIM, Linda. *Ob.cit.* p.53-77.

Descrita em linhas bem gerais a trajetória cultural brasileira, objetivando exemplificar as peculiaridades dos itinerários da organização da cultura, as relações entre *gestão* e *produção culturais* podem ser enfrentadas. Antes de tudo, é imprescindível afirmar a pertença das duas noções ao registro de organização da cultura e, por conseguinte, a inevitável proximidade delas. Uma quase identidade, por certo. Nuances podem ser anotadas em uma observação mais refinada. Assim, é possível sugerir uma distinção – nem sempre realizada – na esfera da organização da cultura. Podem ser imaginados três patamares diferentes desta esfera: a dos formuladores e dirigentes, afeitos ao patamar mais sistemático e macro-social das políticas culturais; a dos gestores, instalados em instituições ou projetos culturais mais permanentes, processuais e amplos e a dos produtores, mais adstritos a projetos de caráter mais eventual e micro-social. Neste texto interessa analisar as políticas culturais, enquanto patamar específico do registro de organização da cultura, sem desconhecer que elas se realizam sempre acionando todas as três dimensões envolvidas com o momento organizativo da cultura.

POLÍTICAS CULTURAIS: DELIMITANDO SUA ABRANGÊNCIA

Agora cabe refletir sobre a inscrição das políticas culturais neste ambiente contemporâneo. Para realizar tal tarefa, mais que uma definição precisa da noção de políticas culturais – sem dúvida, questão teórica e analítica relevante a ser enfrentada –, aparece como necessário circunscrever o espaço de abrangência das políticas culturais.

Parece pertinente esboçar um modelo, mesmo provisório, que defina o termo e, para além do trabalho conceitual, desenhe um mapa que delimite os contornos de pertença das políticas culturais, traçando as legítimas fronteiras de seu território analítico. Assim, de imediato, o modelo deve afirmar uma definição geral, mas preliminar, e operativa do termo. Sem entrar em um debate que, sem dúvida, pode ser prolongado, toma-se políticas culturais no âmbito deste trabalho como: modalidades sistemáticas de intervenção política na área da cultura, objetivando seu desenvolvimento, mesmo que algumas delas – ou de suas medidas, subjacentes – ocasionem o controle e até a interdição deste crescimento.

O modelo contempla algo mais, além desta definição operativa. Como foi referido acima, ele pretende a delimitação de um horizonte de abrangência das políticas culturais. O delineamento do espectro de tópicos e questões a serem enfrentados possibilita observar as políticas culturais em toda a sua envergadura e permite a construção de um padrão para a comparação de seus variados formatos. No estudo devem ser contemplados os seguintes aspectos como inerentes às políticas culturais: I. Definição e determinação dos tipos de política acionados, como momentos sempre presentes em toda e qualquer política cultural; II. Definição de cultura intrínseca a qualquer política cultural empreendida, a qual tem profunda incidência sobre a amplitude desta política; III. Conjunto de formulações e ações desenvolvidas; IV. Objetivos e metas, com especial atenção para as concepções de mundo sempre imbricadas neles; V. Delimitação e caráter dos atores presentes: públicos, privados etc; VI. Públicos pretendidos, modalidades de fruição e de consumo previstas; VII. Instrumentos, meios e recursos utilizados sejam eles: humanos, legais, materiais (instalações, equipamentos etc.), financeiros etc. Neste tópico obviamente está incluído o tema da formação de pessoal em cultura; VIII. Os objetos singulares, formatados em programas e projetos, com ênfase nas áreas contempladas do sistema cultural: 1. Criação, invenção e inovação; 2. Difusão, divulgação e transmissão; 3. Circulação, intercâmbios, trocas, cooperação; 4. Análise, crítica, estudo, investigação, pesquisa e reflexão; 5. Fruição, consumo e públicos; 6. Conservação e preservação; 7. Organização, legislação, gestão, produção da cultura e, por fim, IX. Articulações realizadas entre estes variados componentes; a compatibilidade e coerência presentes e o grau de sistematicidade existente nas políticas culturais. Por óbvio, este esquema de análise deve ser submetido a um aprimoramento e refinamento, seja através de discussões, seja pela via do recurso a experimentais de análise empírica.

O desenho da cartografia de abrangência das políticas culturais remete, de imediato, ao funcionamento das atividades essenciais que fazem da cultura um sistema articulado, como indicado nos itens VIII e IX. Sem considerar a presença de cada um destes momentos – e da qualidade e articulação deles – não se pode, a rigor, falar em um efetivo sistema cultural, pois a vigência do sistema implica na presença essencial de cada um destes momentos e movimentos.

Por certo, em um sistema não complexo estes momentos e movimentos encontram-se associados e mesmo conjugados em uma mesma instituição ou ator social. Entretanto, a

complexidade própria do mundo contemporâneo implica na crescente dissociação destes momentos e movimentos, configurando zonas de competência, instituições e atores com papéis especializados.

Os criadores, inventores e inovadores, representados por artistas, cientistas e intelectuais, vinculados aos universos culturais acadêmicos ou populares, muitas vezes são tomados como os pontos centrais do sistema cultural, dada a sua relevância como inauguradores de ideários, práticas e produtos culturais. Ou seja, por sua admirável capacidade e mesmo genialidade em renovar a cultura, suas tradições, manifestações, formulações e modalidades de expressão. As intervenções voltadas à criação e aos criadores de cultura são momentos vitais das políticas culturais.

Mas, apesar deste papel primordial para o itinerário da cultura, não existe sistema sem que outros momentos, instituições e atores estejam contemplados e acionados. Os professores e comunicadores, inscritos em diferentes ambientações e instituições sociais, são os principais tradutores dos momentos de divulgação, transmissão e difusão da cultura, ainda que outros atores e instituições possam realizar tais movimentos de modo secundário. Tais processos são vitais para a democratização da cultura. A questão da transmissão e da difusão da cultura aparece, desta maneira, como tema essencial a ser enfrentado em políticas culturais e em seu estudo.

Também os momentos de preservação e conservação, atribuídos em especial aos museus, de todos os gêneros, são essenciais para manter a herança cultural e democratizar o patrimônio acumulado, seja ele material ou imaterial. Cuidar do patrimônio – tangível e intangível – é fundamental para o desenvolvimento e a identidade dos agrupamentos humanos. Não por acaso, o tema do patrimônio sempre teve um peso relevante nas políticas culturais em quase todos os países no âmbito internacional e na Ibero-América.

Para além de ser preservada e conservada, uma cultura precisa, sob pena de estagnação, interagir com outras culturas, através de dispositivos de circulação, troca, intercâmbio e cooperação. Sem este permanente processo de “negociação” cultural, deliberadamente instituído e estimulado, a cultura tende a perder seu dinamismo vital. Por óbvio, existem

diferenciados tipos de trocas, as quais afetam de maneira diversa as culturas. Em pólos opostos, as trocas podem ser equânimes ou profundamente desiguais. Apesar disto, elas são quase sempre essenciais para o desenvolvimento da cultura. Também aqui se instala um registro significativo para a realização e investigação sobre políticas culturais.

Um sistema cultural não pode ter vigência também sem que a cultura (criada, difundida, preservada e intercambiada) seja submetida a um crivo de discussão e avaliação públicas. Aos analistas, críticos, estudiosos, investigadores e pesquisadores é destinada esta função. A reflexão anima a vida, legitima e questiona idéias e práticas, possibilita trocas culturais. Enfim, é parte igualmente indispensável à dinâmica viva da cultura. A liberdade e a efetivação da avaliação e da discussão estão intimamente associadas à qualidade do campo cultural. Igualmente neste espaço as políticas culturais devem incidir.

A esfera da fruição e consumo é também essencial para a completude deste circuito. Ela tem como singularidade a circunstância de não ser profissionalizada. Muitas vezes, ela é a única com estas características em todo o ciclo sócio-dinâmico da cultura. A não profissionalização, entretanto, não afeta o status da fruição e do consumo. Pelo contrário, ela indica a amplitude e mesmo a universalidade do ato de recepção da cultura, a importância central dos públicos culturais. Todos os cidadãos são potencialmente públicos da cultura, quando ela não está subordinada a uma lógica mercantil. Na sociedade capitalista existe um consumo somente possibilitado em troca de dinheiro. Sem fruição e consumo, em seu sentido mais amplo, a cultura não se realiza: queda incompleta. Uma política cultural rigorosamente instituída não pode deixar de interferir, propondo formulações e ações sobre o tema da fruição, do consumo e dos públicos culturais. Aliás, a reflexão e as informações nesta área são mesmo vitais para a definição mais consistente das políticas culturais a serem implementadas.

Nesta perspectiva, todos os indivíduos estão imersos em ambientes culturais ainda que em modalidades muito desiguais de acesso pleno aos seus estoques e fluxos. Mesmo a fruição e o consumo, talvez a esfera mais larga de participação, pode ser obstruído por requisitos econômicos, sociais e educacionais que limitam tal acesso. Mas de diferentes maneiras e graus todos vivem um ambiente cultural, em menor ou maior intensidade. As políticas culturais não podem desconhecer esse pressuposto.

Por fim, para abranger todo sistema cultural resta um outro momento. Certamente um movimento de mais difícil percepção. Talvez por isto uma das regiões mais recentemente traduzidas em instituições e profissões dentro do campo cultural. Esta região, como foi visto, pode ser nomeada como organização da cultura. Claro que de algum modo, todas os momentos anteriores implicam em aspectos organizativos, mas neste caso precípua o que ocupa o centro do jogo é a organização mesma do campo cultural: seja em um patamar macro, como nas políticas culturais; seja em um horizonte micro, como em determinados projetos e eventos culturais.

PLURALIDADE DE ATORES DAS POLÍTICAS CULTURAIS

A recente discussão sobre as políticas públicas, tomadas como não idênticas ou redutíveis às políticas estatais, tem enfatizado que, na atualidade, elas não podem ser pensados apenas por sua remissão ao Estado ¹⁵. Isto não implica em desconsiderar o papel ocupado pelo Estado na formulação e implementação de tais políticas. Antes significa que, hoje, ele não é único ator e que as políticas públicas são o resultado de uma complexa interação entre agências estatais e não-estatais. Mais que isto, o próprio Estado não pode mais ser concebido como um ator monolítico, mas como um complexo sistema de múltiplos atores. A existência de governos nacionais, supranacionais e infranacionais é uma das faces deste processo de complexificação da intervenção estatal. Enfim, na perspectiva das políticas públicas, a governança da sociedade na atualidade, transcende o estatal, impondo a negociação como procedimento usual entre os diferentes atores sociais. Por óbvio, tal negociação acontece entre atores que detêm poderes desiguais e encontram-se instalados de modo diferenciado no campo de forças que é a sociedade capitalista contemporânea ¹⁶.

Nesse cenário, simultaneamente palpitante e arriscado, uma pluralidade de agentes passam a se inserir na configuração da esfera da cultura, que por sua vez ganha dimensões dilatadas. Ao

¹⁵ Por exemplo, ver: SCHNEIDER, Volker. Redes de políticas públicas e a condução de sociedades complexas. In: *Civitas. Revista de Ciências Sociais*. Porto Alegre, 5(1): 29-58, janeiro – junho de 2005 e SANTOS, Hermílio. Perspectivas contemporâneas para a constituição de redes de políticas públicas. In: *Civitas. Revista de Ciências Sociais*. Porto Alegre, 5(1): 59-68, janeiro – junho de 2005

¹⁶ Sobre políticas públicas ver também: PARADA, Eugenio Lahera. *Introducción a las políticas públicas*. Santiago, Fondo de Cultura Económica, 2002.

lado de atores clássicos como os Estados nacionais, novos agentes empreendem ações e projetos sistemáticos voltados para o campo da cultura. Dentre eles, os organismos supranacionais, os estados subnacionais (as províncias e os municípios), tendo no protagonismo de algumas cidades a exemplaridade desse processo de descentralização. Cabe ressaltar ainda as significativas performances de atores como o mercado, a sociedade civil, através inclusive das organizações não-governamentais e, possivelmente, das redes culturais.

1. Os Estados nacionais

Decerto eles são os atores sociais historicamente mais tradicionais no fomento das políticas culturais. A própria formação sócio-histórica do Estado-nação já traz embutida a dimensão da cultura como um dos seus elementos constitutivos. Se o Estado, para falar como Weber, constituiu-se predominantemente enquanto unidade política detentora do monopólio legítimo da violência física e da soberania, ele também incorporou a seus domínios o simbólico. Extrapolando a clássica definição weberiana, o sociólogo francês Pierre Bourdieu considera que "(...) é no domínio da produção simbólica que particularmente se faz sentir a influência do Estado". Ou seja, o Estado é detentor do monopólio da violência não somente física, mas também, em certa medida, da simbólica.

O centralismo dos Estados nacionais na conformação da vida social manifestou-se pela sua prerrogativa idiossincrática de imputar sentido e ordem à sociedade, uniformizando e homogeneizando temporalidades, gestos e falas. A própria formação das identidades nacionais, muitas vezes, um processo violento de esterilização e constituição de diferenças, é um reflexo desse poder específico dos Estados em classificar, normatizar e articular as mais diferentes searas da vida social em uma totalidade. Desse modo, a materialização do Estado-nação foi possível mediante a demarcação de fronteiras de determinado território, que por sua vez era definida por sua história, composição étnica, cultura comum e crescente importância na unificação da língua. Como chama a atenção Bourdieu, ao estabelecer sistemas de normatização e classificação, através do sistema escolar, da burocratização de procedimentos e de um sistema legal, o Estado assumiu a prerrogativa de "moldar estruturas mentais" edificando assim o sentido totalizador contido na idéia de identidade nacional, tendo no sistema escolar seu veículo mais potente em diversos países, em especial naqueles que desempenham uma centralidade na dinâmica do sistema capitalista.

O Estado assumiu o papel de planejador, organizador e gestor dos mais variados setores da vida social. No plano da cultura não foi diferente. Seja através da institucionalização do sistema escolar, da apropriação das mídias ou da implantação de órgãos administrativos específicos voltados para a formulação, gestão e implementação de políticas culturais, coube aos Estados nacionais a tarefa de promover diretamente programas e ações sistemáticos de cultura.

Evidentemente o grau de centralidade estatal na cultura varia de acordo com o modelo de intervenção adotado pelos diferentes países. Em termos paradigmáticos, já se tornou quase um truísmo lançar mão da França e dos Estados Unidos como referências exemplares às alternativas bipolarizadas de gestão pública do campo da cultura, quais sejam: a de um centralismo na contraposição do liberalismo, respectivamente. A cultura é tratada muito cuidadosamente pela França, onde o Estado intervém de forma incisiva na sua organização. Não por acaso, o primeiro Ministério dedicado aos assuntos deste campo, é implantado naquele país, em 1959. Os Estados Unidos, por sua vez, adotam um tipo de intervenção frágil na cultura deixando a “mão invisível” do mercado regular a dinâmica do campo cultural americano¹⁷. Entre um pólo e outro, variadas formas de intervenção estatal se manifestam, fruto de contextos históricos específicos, que acabaram revelando a maneira singular como os Estados concebem e conduzem a política e a cultura.

Na América Latina, o Estado nacional exerceu um papel crucial na estruturação e dinamização de toda a sociedade, inclusive da esfera cultural. Nesta região, dada a sua peculiar trajetória histórica, os Estados precederam e criaram as nações. Isto porque a formação desse encaixe social específico é caudatária da estrutura política que se forjou para o deslanche do processo colonizador e, posteriormente, para a consecução da independência e do projeto modernizador da maioria dos países da região. Um processo em que o Estado assume um papel de protagonista, dotado de um espírito empreendedor¹⁸.

¹⁷ Ver: MICELI, Sérgio e GOUVEIA, Maria Alice. *Política cultural comparada*. Rio de Janeiro, FUNARTE / FINEP, 1985 e MOISES, José Álvaro e BOTELHO, Isaura. *Modelos de financiamento da cultura*. Rio de Janeiro, FUNARTE, 1997.

¹⁸ BARBERO, Jesús Martín. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003, p.231.

O processo de autonomização da esfera cultural na América Latina traz desde a sua origem a possibilidade da diluição das fronteiras e das hierarquias simbólicas que marcaram fortemente a distinção entre as chamadas alta-cultura e cultura midiática. Diferentemente da experiência de outros países do continente europeu que presenciaram uma nítida separação entre os campos da restrita e da grande produção ¹⁹, na América Latina, a formação de um mercado de bens simbólicos se deu no rastro do processo mais amplo de modernização dos países, mediante o forte estreitamento das relações entre o Estado e o capital privado, sobretudo o internacional, este representado pelas indústrias culturais.

Como a esfera da cultura nasceu com as “hierarquias simbólicas embaralhadas” em terras latino-americanas, o Estado acabou por assumir um papel central na organização e gestão do circuito da produção, difusão e consumo cultural. Encarnando a nação, o aparelho estatal contribuiu para forjar a identidade cultural dos países, monopolizando as estimas históricas e transformando-se no patrono oficial das artes e da cultura. Guardando as idiosincrasias sócio-históricas dos diferentes países, pode-se considerar que a política cultural desenvolvida sob o signo dos regimes nacionalistas e desenvolvimentistas, até meados da década de 70, apresentou um perfil homogêneo entre os diferentes países da região, qual seja: um modelo “conservacionista” ou “preservacionista” como assim designou Sérgio Miceli ao caracterizar as políticas culturais brasileiras na época da ditadura militar. Ao Estado mecenas coube sustentar aquelas atividades que tinham dificuldades de se auto-sustentar, segundo critérios de mercado, esboçando o que o sociólogo brasileiro cunhou de tendência previdenciária da iniciativa pública na área cultural. Este modo específico de intervir contribuiu para a vigência de políticas voltadas para atividades de preservação e conservação do patrimônio histórico e de fomento da cultura das elites.

A partir da década de 80, alguns projetos políticos de caráter nacionalista entram em crise. Com o fim dos regimes ditatoriais na maioria dos países latino-americanos e com a emergência de uma nova ordem econômica mundial globalizada, regulada mais intensamente pelo

¹⁹ Lançando mão de seu clássico conceito de campo, o sociólogo francês Pierre Bourdieu é o autor que melhor oferece um empreendimento teórico sobre o fenômeno de autonomização do campo da produção cultural, experimentado na Europa, principalmente na França, seu país de origem. Sobre o tema, ver: BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo, Perspectiva, 1998.

processo de acumulação flexível do capital e pelo incremento nos fluxos informacionais, o mundo passa a presenciar uma espiral de metamorfoses políticas e econômicas e culturais que transformam significativamente sua morfologia social. Em consequência, obliterou-se o espaço para o engendramento de projetos políticos isolacionistas e totalizadores, pois nesta dinâmica, o Estado nacional vem perdendo paulatinamente seu lugar de quase único protagonista da vida social.

Se outrora, em virtude das suas prerrogativas universalistas, o Estado-nação detinha um papel preponderante na organização social do tempo e espaço e na imputação de sentido, agora presencia-se a ascensão de outras instâncias de legitimação das práticas sociais. Para falar como Manuel Castells, a organização do tempo e do espaço social vem sendo estabelecida em grande medida pelo fluxo frenético de capital, bens, tecnologias e comunicações. Diante desse contexto, o papel do Estado é redefinido, sua natureza e suas esferas de operação se alteram. O chamado “mercado” e a sociedade civil, nacionais e globais, passam a compartilhar e disputar este lugar de protagonismo da vida societária, para o mal e para o bem.

Dentro da América Latina, o caso brasileiro talvez seja o mais expressivo deste avanço do mercado sobre a cultura, não só pela existência de potentes indústrias culturais, mas principalmente pela predominância das leis de incentivo à cultura que, de instrumentos, têm passado a ocupar lugar central, quando não quase único, nas políticas culturais. As leis de incentivo à cultura são suportes de política cultural criados pelo governo brasileiro, em meados da década de 80, que teriam como objetivo estimular o mercado a participar do fomento à cultura, através da isenção de impostos. No entanto, o funcionamento idiossincrático desse instrumento acabou criando uma situação ambígua, a saber: ainda que a parte majoritária dos recursos destinados a financiar atividades culturais seja de origem pública (cerca de 80% em média), paradoxalmente, a decisão final sobre os projetos a serem financiados cabe ao mercado, que por sua vez, é movido por interesses particulares. Através desse mecanismo, o Estado brasileiro acabou estimulando uma política privatizante inseminada no interior do aparelho estatal.

Já não caber mais aos Estados a função outrora desempenhada como ente onipresente na definição de políticas culturais. No entanto, a linha de orientação que marca o debate internacional em torno do tema das políticas culturais refere-se a uma reivindicação por parte

dos agentes culturais (artistas, produtores, intelectuais, gestores etc.) de uma atuação estatal mais incisiva na tarefa de se contrapor e de regular a hegemonia alcançada pela lógica mercantilista do processo de globalização.

2. As organizações supranacionais

Tais organizações começam a ganhar prevalência no cenário atual, principalmente a partir do final da Segunda Guerra Mundial, período em que vai se consolidando um sistema internacional de cooperação multilateral com as feições tal qual o conhecemos hoje. A criação da Organização das Nações Unidas (ONU), em 1945, constitui-se no principal marco da conformação de uma arquitetura institucional voltada para as relações internacionais. A partir de então, uma constelação de entidades transnacionais foi instituída, tendo como princípio basilar o diálogo entre os países e a concretização da paz mundial.

Essas instituições têm figurado como uma manifestação sintomática das transformações sociais, econômicas e políticas que o mundo vem presenciando nas últimas décadas através do processo de globalização. Sua natureza revela a dinâmica do reordenamento geopolítico mundial evidenciando, dentre outros aspectos, o esmaecimento da soberania dos Estados nacionais na composição da geografia mundial, talvez com a exceção de superpotências que insistem em sobrepor seus interesses particulares ao do conjunto das nações. Ao instituírem tratados e acordos de alcance internacional, os referidos organismos, através de seus dispositivos legais, acabam assumindo um status de super-legislaturas, para falar como Harvey, com autonomia suficiente para exercitar faculdades normativas em escala supranacional. Um processo marcado por tensões e desigualdades, reveladoras da dinâmica dos arranjos e das diferenças de poder entre os países.

No entanto, como chama a atenção, em 2004, Manuel Montobboio ²⁰, tal configuração não significa a conformação de um “Estado mundial” onipotente em que suas resoluções estejam para além dos acordos multilaterais. Nas palavras do autor:

²⁰ MONTORBOIO, Manuel. *La cultura y los nuevos espacios multilaterales*. Disponível em <http://www.campus-oei.org/pensariberoamerica/ric07a08.htm>. Acesso em 05/11/2005.

...el multilateralismo es el parlamento de esta sociedad internacional, lo que implica la representación y la voluntad de que exista una norma que se base en el consenso y en el equilibrio de poderes. Por ende, se opta por la negociación y no por la imposición.

Em outros termos, os organismos multilaterais são expressões, antes de tudo, de uma ação volitiva e consensual, ainda que marcada por tensões dos próprios estados nacionais e pela desigual presença dos países em termos de poder.

A natureza dessas entidades tem uma ampla variação e seu escopo de atuação envolve áreas igualmente variadas como: economia, trabalho, saúde, educação, ciência e cultura. Em um exercício de tipificação, pode-se classificá-las como organismos especializados da ONU; organizações de cooperação econômica e organizações regionais.

Na área da cultura, essas instituições têm também exercido um importante papel para o fomento do diálogo entre as nações, a cooperação internacional e a integração regional e sub-regional. Algumas delas foram constituídas especialmente para o tratamento de questões voltadas para a educação, cultura e ciência. Citamos os exemplos da UNESCO, da Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI) e do Convênio Andrés Bello (CAB). Ainda que não tenham como principal foco de atuação questões culturais, existem também instituições não especializadas que se ocupam na implementação de ações voltadas para o campo cultural, como é o exemplo da Organização dos Estados Americanos (OEA) e do MERCOSUL, que criou em 1996, um protocolo específico de integração cultural: o MERCOSUL Cultural.

Pode-se dizer que o princípio que orienta a atuação dos organismos supranacionais é o de entender a cultura em uma concepção mais ampla, qual seja: a cultura como herança social dos povos, representada pelos diferentes modos de agir, sentir e pensar que constituem o complexo mosaico dos grupos humanos. Amparadas nesse princípio, as entidades multilaterais, com destaque para UNESCO, têm exercido o importante papel de trazer à tona o tema da cultura para a agenda mundial, sustentada em dois eixos principais: na defesa da diversidade cultural, com base princípio de respeito às diferenças, e na correlação entre cultura e desenvolvimento, ou seja, entendendo o papel da cultura como suporte imprescindível para o desenvolvimento humano das sociedades. Deve-se registrar inclusive o papel desempenhado

pela cultura na atuação do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). O *Relatório do Desenvolvimento Humano 2004*, intitulado *Liberdade Cultural num Mundo Diversificado*, com todos os equívocos que certamente contém, é um exemplo disto²¹.

Através da investigação realizada em 2004, no âmbito da Cátedra Andrés Bello - UFBA, sobre as políticas dos organismos multilaterais na área da cultura, constatou-se que as referidas instituições desempenhavam predominantemente o papel de arenas internacionais onde são promovidos intensos e profícuos debates sobre várias questões que permeiam o tema da cultura. Com a realização de inúmeros fóruns, conferências e encontros, as entidades acabam por se constituir em uma espécie de "elites intelectuais", formuladoras de princípios e normas sobre temas candentes que perpassam o campo da cultura. A variedade de resoluções, de declarações e de acordos, derivados desses fóruns de discussão, reflete o importante papel desses atores enquanto formuladores e fomentadores de políticas culturais.

No âmbito da Ibero-América, a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), a Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEI), o Convenio Andrés Bello (CAB) e o MERCOSUL Cultural são as instituições multilaterais especializadas que têm demonstrado atuação mais ativa na promoção de políticas voltadas para o fomento à atividade cultural.

Dentre as principais ações desenvolvidas por essas instituições, destacam-se: 1. A formulação de diagnósticos sobre a dinâmica cultural contemporânea e as culturas em regiões específicas; 2. A promoção de redes de cooperação em cultura; 3. A prestação de assistência técnica na execução de programas e projetos na área cultural desenvolvidos em parceria com os Estados-membros; 4. A compilação e sistematização de dados relativos às políticas culturais; 5. A promoção da formação e capacitação de recursos humanos voltados à gestão cultural; 6. O fomento aos programas de preservação do patrimônio cultural (material e imaterial); 7. A realização de inventários e registros do patrimônio material e imaterial e 8. A publicação de estudos e investigações sobre o campo da cultura. Muitas dentre estas atividades têm incidência acentuada sobre as políticas culturais desenvolvidas na região.

²¹ PNUD. *Relatório do Desenvolvimento Humano 2004. Liberdade cultural em um mundo diversificado*. Lisboa, Mensagem, 2004.

Mais do que o fomento às atividades culturais, importa que muitos destes organismos estão assentados em processos de constituição de regiões supranacionais, que não são apenas políticos ou econômicos, mas culturais. Assim, alguns organismos multilaterais estão umbilicalmente imbricados com a cultura. Adolfo Colombres, forçando um pouco sua tese, ao esquecer que muitas vezes o Estado nacional é também forjado culturalmente, escreveu:

Mientras el Estado-nación es una idea (y entidad) política, el concepto de región nos remite casi ineludiblemente a la afinidad cultural. Em siglo XXI, los protagonistas en el plano mundial de la cultura serán más estas regiones (definidas o no como civilizaciones) que los Estado-nacionales, las que pasarán a ser también los ejes principales de los procesos de identificación.²²

3. Outras instâncias do Estado: províncias, cidades e consórcios intermunicipais

Adentrar a esta discussão significa, de imediato, afirmar as cidades, as províncias (estados) e consórcios intermunicipais enquanto atores sociais relativamente autônomos em relação à instância mais ampla a que estão formalmente subordinadas, qual seja: os Estados nacionais. Refletir sobre o status das cidades, consórcios municipais e províncias como atores sociais que promovem políticas culturais remete ao fenômeno recente que Néstor Canclini (1999) cunhou de 'renascimento do urbano'. Parte-se do pressuposto que o protagonismo que algumas cidades, províncias e consórcios vêm assumindo no panorama mundial e regional está inserido no processo de transformações políticas e culturais que marcam a sociedade, introduzindo novos atores sociais na cena contemporânea.

Em várias cidades, em regiões centrais ou periféricas, por exemplo, presencia-se hoje um processo de desindustrialização na contrapartida ascensão das atividades ligadas ao setor terciário, como o turismo e o lazer. A nova forma de acumulação do capital orienta agora seus investimentos para a exploração das peculiaridades geográficas dos diferentes territórios que compõem a teia global. Os processos de "revitalização" dos sítios históricos dos grandes centros urbanos somados à proliferação da troca de bens simbólicos e ao incremento da

²² COLOMBRES, Adolfo. Hacia una política cultural de la integración en el ámbito del MERCOSUL. In: RECONDO, Gregório (org.) *MERCOSUR. La dimensión cultural de la integración*. Buenos Aires, Ciccus, 1997, p.128.

atividade turística comparecem como vetores fundamentais para a reestruturação do urbano no mundo de hoje.

Na esteira dessa transformação, singularidades e tradições locais são acionadas como símbolos de diferenciação, seja pelas agências estatais que implementam políticas cada vez mais sintonizadas a essa tendência, seja pelos conglomerados econômicos ocupados em produzir e comercializar bens culturais. Eles acabam por se tornar fatores do próprio desenvolvimento na atualidade. Na medida em que promove a inscrição das culturas tradicionais no circuito transnacional de comercialização dos bens simbólicos e de diversão, o entretenimento-turismo comparece como sistema estruturante das condições de produção e consumo de lazer, comportando-se como esfera constitutiva da experiência da condição contemporânea²³.

Nesse caudal de mudanças, os centros urbanos passam assumir um papel importante enquanto atores formuladores e promotores de políticas culturais. As novas administrações urbanas estão cada vez mais estimulando um aperfeiçoamento e uma diversificação da oferta cultural. Como enquadrar as ações desenvolvidas no âmbito da cultura por uma cidade como Barcelona? A visibilidade de suas políticas culturais extrapola uma possível subsunção política e econômica de suas ações à dimensão regional, a Catalunha, bem como no plano nacional, a Espanha. Evidentemente tal autonomia, ainda que relativa, depende dos específicos contextos sociais, políticos e econômicos das diferentes regiões e centros urbanos.

Há que se destacar a tendência à emergência e ao fortalecimento de novas instâncias de governo – infranacionais e supranacionais – no mundo contemporâneo. Simultaneamente à instalação dos pactos regionais supranacionais, tem-se o alargamento das competências de governos provinciais e municipais e o surgimento de novas modalidades de governança regionais, como, a exemplo, dos consórcios entre municipais. A reforma da constituição federal brasileira, ocorrida em 1988, buscou um processo de descentralização administrativa, ao admitir também os municípios como entes da federação brasileira. Não por acaso, eles tornam-se protagonistas ativos em áreas, antes de frágil atuação. A criação de secretarias e o crescimento dos gastos municipais em cultura demonstram cabalmente isto.

²³ FARIAS, Edson. *Ócio e negócio: festas populares e entretenimento - turismo no Brasil*. Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - Unicamp, 2001. (Tese de doutorado em Ciências Sociais).

O processo de globalização estimulou a reconfiguração do urbano, conferindo a muitas cidades uma moldura de lugar voltado ao consumo cultural, e estimulou paralelamente uma acirrada competitividade entre esses centros, na atividade turística. Na ânsia de moldarem suas paisagens aos desígnios da sociedade de consumo, as cidades que se acreditavam vocacionadas para o lazer e o turismo, ou as que se empenham para tal, empreendem uma disputa para atrair investidores – geralmente do ramo imobiliário-hoteleiro e de entretenimento – e recursos tendo em vista a multiplicação dos seus índices de visitação turística e, por conseguinte, uma maior geração de riquezas e desenvolvimento econômico.

O sociólogo português Augusto Santos Silva ²⁴ observa esse espírito competitivo quando se debruça sobre a análise das políticas culturais de alguns municípios de Portugal. Diz o autor:

Nos anos recentes, a medida em que surgem novas oportunidades de concertação a escalas supra-locais, cresce ao mesmo tempo a importância estratégica dos jogos de cooperação/competição entre cidades e regiões. Fazer valer uma cidade, potenciar sua afirmação em contextos geopolíticos mais largos, constitui um objectivo incontornável para quem quiser retirar dividendos quer do ponto de vista simbólico, quer do ponto de vista político, quer do ponto de vista económico: por exemplo, para defender ou conquistar vantagens relativas, na rede da administração estatal, para defender ou conquistar atractividade, perante investimentos públicos e privados, a fixação de grupos sociais qualificados, ou vários tipos de turismo.

Um exemplo que ilustra tal estratégia é a intrincada política de modernização cultural e turística implementada pelo grupo político que vem liderando o governo do Estado da Bahia nos últimos 15 anos ²⁵. Fazendo confluír as agendas da cultura e do turismo num único órgão administrativo, a Secretaria Estadual de Cultura e Turismo, o governo baiano tem promovido sua política cultural plenamente associada à política de turismo. Tal estratégia de revigoramento do turismo e da cultura esteve assentada, sobretudo, em uma agenda liberalizante de administração pública, pautada num processo que contribuiu para a diminuição da intervenção estatal na economia ao tempo em que abriu espaço para que o capital privado, bem como as agências de financiamento transnacionais pudessem ocupar um papel de destaque na efetivação da sua política. Inúmeros foram os benefícios fiscais que o governo lançou mão para atrair

²⁴ SILVA, Augusto Santos. *Cultura e desenvolvimento. Estudos sobre a relação entre ser e agir*. Oeiras, Celta, 2000, p.127.

²⁵ **Esse grupo político está no comando do governo da Bahia desde o início da década de 1990. Sobre as políticas culturais desenvolvidas por esse grupo Ver:** VIEIRA, Mariella Pitombo. *Política cultural na Bahia: o caso do Fazcultura*. Salvador, Faculdade de Comunicação da UFBA, 2004 (Dissertação de Mestrado em Comunicação e Cultura Contemporâneas).

investidores, emblematizando assim a disputa fiscal entre os estados brasileiros na busca por inversões de recursos, sobretudo, dos grandes conglomerados econômicos do ramo da hotelaria. Tal política, em sua estratégia de ação, fez exportar os moldes de sua festa mais popular – o Carnaval – não só para outros estados da federação brasileira, como também para fronteiras além-mar.

Diante de todo esse panorama, brevemente delineado, pode-se concluir que as províncias, os consórcios municipais e as cidades figuram entre os atores emergentes que vêm dilatando os contornos da esfera cultural. Promovendo ações e programas para além das fronteiras nacionais, esses agentes engatam-se à tendência global de uma demanda cada vez maior por bens imateriais. Diante dessa estratégia, acabam por evidenciar sua percepção em relação ao lugar central que a cultura ocupa na experiência societária na atualidade, configurando-se como elemento mediador entre o universal e o singular, entre o global e o local. Como ilustra Néstor Canclini:

...las acciones culturales que los Estados pueden desarrollar en medio de la globalización no se agotan en las industrias culturales y los organismos internacionales; pueden lograr resultados específicos en las ciudades y las fronteras estratégicas donde las naciones interactúan con lo global.²⁶

4. Mercado

Evidentemente a atuação de empresários e empresas no campo da cultura não é uma novidade, ela tem uma longa trajetória. Ainda que as origens do mecenato remontem às ações desenvolvidas pelo Império Romano, tendo na figura de Caio Clínio Mecenas sua fonte inspiradora, o fomento à atividade artístico-cultural foi abraçado também por uma variedade de atores ao longo de sua história, a exemplo, da Igreja Católica, dos reis, da aristocracia, da burguesia²⁷. Já no início do século XX, as corporações empresariais também passaram a desenvolver programas voltados para o estímulo às artes e à cultura, e iniciativas como as dos

²⁶ CANCLINI, Néstor García. Ob. cit. p.178.

²⁷ Ver: RUBIM, Antonio Albino Canelas. Marketing cultural. In: RUBIM, Linda (org). *Organização e produção da cultura*. Salvador, EDUFBA, 2005, p.33-52.

empresários americanos, como Rockefeller, Ford, Carnegie, ressoam até hoje como experiências emblemáticas na inauguração de um modo de atuação específico no campo cultural.

A partir de meados do século XIX, a esfera cultural vem passando por expressivas transformações econômicas, processo que tem reconfigurado significativamente suas fronteiras. A mercantilização da cultura, já anotada, é momento relevante deste processo. A atração para sua órbita de um leque cada vez mais diversificado de agentes comparece como um dos sintomas de suas metamorfoses institucionais. A interconexão cada vez mais imbricada entre economia e cultura aponta para tais mutações e revelam, em última instância, as mudanças de equilíbrio na balança de poder daí decorrentes. Desse modo, os conglomerados econômico-financeiros têm atuado como importantes agentes formuladores de políticas culturais, seja pela via da mercantilização da cultura; seja através de práticas de patrocínio cultural (direto e indireto) ao financiar projetos elaborados por terceiros (especialistas culturais); seja na realização de programas e projetos culturais estimulados por iniciativa própria, geralmente inscritos em políticas mais amplas marketing e comunicação. Na década de 90, por exemplo, no Brasil experimenta-se uma crescente utilização do marketing cultural pelas organizações como ferramenta de comunicação empresarial ²⁸.

Ainda que o objetivo principal das empresas ao patrocinar atividades de cunho cultural seja movido por interesses específicos, deve-se ressaltar também que o desenvolvimento de ações do gênero são reflexos das demandas da sociedade civil que atualmente reivindica com maior rigor uma postura mais responsável por parte das empresas em relação à sociedade. O poderio das organizações empresariais, na área cultural no Brasil, pode ser medido pela tendência, cada vez mais corrente, dos conglomerados econômicos instituírem suas próprias organizações culturais. Hoje grandes empresas possuem seus próprios museus, teatros e fundações de fomento à produção cultural, um sinal do poder alcançado pelas instituições empresariais em áreas de interesse público. Como consequência, tais agentes ganharam também a prerrogativa de formular e implementar políticas culturais.

²⁸ As motivações que levam as empresas a investir em cultura podem ser encontradas na pesquisa encomendada pelo Ministério da Cultura do Brasil, intitulada “Diagnóstico dos Investimentos em Cultura no Brasil”. Segundo os empresários, os aspectos que motivam o investimento cultural são: a consolidação da imagem institucional (65,04%); a agregação de valor à marca da empresa (27,64%); o reforço do papel social da empresa (23,58%); os benefícios fiscais (21,14%); o retorno de mídia (6,50%) e a aproximação do público alvo (5,69%). Conforme esta pesquisa, as leis de incentivo parecem ser quase desnecessárias.

Dessa forma, o mercado passa a ser um dos agentes importantes que conformam a esfera da cultura na contemporaneidade. Sua atuação não exclui, mas, muitas vezes, pode entrar em conflito com a atuação estatal na promoção e fomento às atividades culturais. Entretanto, um dos desafios do mundo contemporâneo é que Estado; mercado e sociedade civil estejam contemplados de modo complementar nas políticas culturais e subordinados aos interesses públicos da sociedade. Atendidas estas e outras prerrogativas, pode-se pretender realizar políticas culturais atualizadas e democráticas.

5. Sociedade civil e ONGs

A categoria sociedade civil, muito em voga na atualidade, não é recente. Pensadores políticos como John Locke, Hegel, Marx e Antonio Gramsci já haviam se debruçado sobre o tema. A partir de meados do século XX, a concepção de sociedade civil vem sendo construída em torno do debate sobre os processos de democratização. Na página 19, esclarece Sorj:

A discussão atual sobre a sociedade civil está relacionada com seu papel na representação dos cidadãos, na construção de valores coletivos, na constituição do sistema político e nos modos como os cidadãos podem influenciar o destino da sociedade, através da participação na esfera pública, por oposição às formas tradicionais de representação política.²⁹

A força evocativa do lema “por um mundo melhor”, partir da década de 90, fará a noção de sociedade civil ganhar fôlego em termos globais, impulsionada pela presença das organizações não-governamentais (ONGs). Ainda que tecida por uma variedade de princípios ideológicos, de direita e de esquerda, a sociedade civil parece convergir para um ponto em comum: a crise de representação nas democracias contemporâneas. Grosso modo, pode-se dizer que a sociedade civil representa uma espécie de espaço intersticial entre o Estado e mercado, configurado especialmente para atender as demandas sociais não contempladas por um e outro ator social. Cabe reconhecer, contudo, que tal definição não abrange a complexidade institucional que hoje constitui a sociedade civil³⁰.

²⁹ SORJ, Bernardo. *Sociedades civis e relações norte-sul: ONGs e dependência*. Disponível em http://www.centroedelstein.org.br/article/Sorj_artigo.pdf. Acesso em 31/10/2005.

³⁰ Sobre questões teóricas e conceituais da sociedade civil, ver: COHEN, Jean e ARATO, Andrew. *Civil society and political theory*. Cambridge, MIT Press, 1992. Ver também: VIEIRA, Liszt. *Cidadania e globalização*. Rio de Janeiro, Record, 1998.

A proliferação das ONGs, a partir a década de 90, apresenta-se como o fenômeno hoje mais visível da constituição desse “novo” espaço social, cunhado de sociedade civil. São entidades criadas com vistas ao atendimento de causas sociais, porém, se diferenciam dos demais tipos de associação da sociedade civil, pois não se apresentam como instituições que representam formalmente determinados segmentos sociais.

No plano da América Latina, a emergência da sociedade civil está diretamente associada à luta pela democratização que se impõe a partir dos anos 60, quando em muitos países da região são instaladas ditaduras. Mais recentemente, a sociedade civil e as ONGs vêm enfrentando processos sociais como a consolidação da democracia, a globalização econômica e cultural, reformulação do papel do Estado e sua descentralização, a fragmentação dos movimentos sociais etc. Como consequência, foram alterados seus vínculos com o Estado, as agências financiadoras internacionais, com as empresas e as mídias ³¹. Com vistas à sua acomodação nessa nova conjuntura, hoje a sociedade civil e as ONGs rearticulam seus modos de operação, constituem novas agendas e suas atividades se desenvolvem em torno de uma diversidade de temas tais como: preservação do meio ambiente; desenvolvimento sustentável; consolidação e aprimoramento da democracia; cidadania; defesa dos direitos humanos; promoção das minorias; desenvolvimento da cultura e da diversidade cultural, dentre outros.

No plano da cultura o papel dessas instituições não é desprezível. Acompanhando a pauta internacional acerca do tema da cultura, agenda essa tecida e veiculada, sobretudo, pelos organismos supranacionais, a sociedade civil e as ONGs desenvolvem importantes ações e programas referentes à promoção e defesa da diversidade cultural; à inclusão social de crianças e adolescentes através da cultura; à defesa de minorias étnicas e de gênero; ao desenvolvimento local e comunitário associado à cultura etc..

Ao contarem com recursos carreados pelos organismos supranacionais, pelas instituições de cooperação européia, por doações de empresas privadas e também por recursos públicos remetidos pelos próprios Estados, essas entidades tornaram-se um importante agente na formulação e implementação de políticas culturais, somando-se à diversidade de atores que hoje congrega a esfera cultural. O trabalho da sociedade civil e das ONGs no campo da cultura

³¹ BALBIS, Jorge. *Ongs, gobernancia y desarrollo en America Latina y el Caribe*. Disponível em http://www.unesco.org/most/dsp53_sp.htm. Acesso em 20/10/2005.

é significativo em virtude da diversidade de entidades envolvidas, do montante de recursos e de sua atuação não restrita aos interesses de uma elite mais ilustrada.

Como a própria concepção de cultura foi sendo ampliada no processo de mudança social ocorrido nas últimas décadas, extrapolando os limites das atividades comumente identificadas a uma "cultura de elite", hoje se tornou mais fácil conectar projetos de cunho cultural com causas sociais mais abrangentes como inclusão social, direito das minorias ou defesa da identidade cultural de um grupo específico. Heuristicamente, o mais interessante é notar a estreita interdependência que vai se constituindo entre todos esses atores sociais envolvidos no campo da cultura.

REDES CULTURAIS COMO ATORES?

As redes constituem um fenômeno atual que não pode ser ignorado. Em um mundo cada vez mais glocalizado e perpassado por intensos fluxos migratórios, monetários e financeiros, mercantis, informacionais e culturais, "(...) a rede tornou-se uma forma privilegiada de representar a realidade contemporânea"³². Por conseguinte, o conceito de rede hoje está presente em inúmeras disciplinas científicas e áreas multidisciplinares de conhecimento: da Comunicação à Engenharia; da Administração à Antropologia; da Física à Sociologia; da Biologia à Matemática; da Economia aos Estudos de Saúde; da Ecologia aos Estudos de Cultura, etc. A noção de rede tornou-se onipresente e, bem mais que isto, parece mesmo onipotente, pois aparece como uma chave universal para tudo explicar e mover.

A importância e atualidade das redes para a dinâmica da esfera cultural na atualidade e para seu estudo tem sido enfatizada por diversos autores. Não por acaso, elas foram escolhidas, outra vez, como objeto privilegiado de análise. Se na investigação anterior, um dos objetivos perseguidos foi mapear as redes voltadas para a cooperação cultural no patamar ibero-americano, neste segundo momento de investigação o foco volta-se para a discussão sobre o estatuto dessas redes como possíveis atores de políticas culturais. Estão em jogo agora questões como: as redes perfilam-se como atores sociais específicos? Caso a resposta seja afirmativa, as redes são novos atores sociais ou configuram-se como potencialização e extensão

³² DIAS, Leila Christina. Os sentidos da rede: notas para discussão. In: DIAS, Leila Christina e SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da. *Redes, sociedades e territórios*. Santa Cruz do Sul, EDUNISC, 2005, p.12.

de atores já existentes, através do incremento possibilitado pelas novas tecnologias de comunicação?

1. Breve trajetória do conceito de rede

O uso amplo e indiscriminado da noção de rede tem como consequência sua sobrecarga semântica, com a introdução e o acionamento de uma infinidade de significações diferenciadas para o termo. Cabe, de imediato, desenvolver um passeio que busque construir um conceito, através da elucidação rigorosa de seus sentidos.

A idéia de rede é antiga. Na mitologia grega, o mito do Minotauro já indicava um possível delineamento do conceito de rede, através da metáfora do fio de Ariadne emblematizando as imagens que tecem por entre a malha intrincada de corredores que constitui o labirinto. Na Antiguidade, a concepção de rede ganha paradigmática associação com o corpo humano, quando Hipócrates concebe o corpo como uma gigantesca via de comunicação entre veias e órgãos. Por séculos, a noção de rede permaneceu identificada à morfologia do corpo humano.

Somente na virada do século XVIII para o século XIX, o conceito extrapola tais limites ao "sair" das fronteiras do corpo e passar a ser utilizado como representação de fenômenos sociais. Através do empreendimento teórico de Claude Henri de Saint-Simon (1760-1825), o conceito de rede começa a ganhar sua versão moderna, qual seja uma "estrutura artificial de gestão do espaço e do tempo" que extrapola o corpo e "torna-se um artefato superposto a um território", anamorfoseando-o³³.

Lançando mão do pressuposto do organismo-rede, ou seja, da idéia de que o corpo se mantém vivo pela circulação, o projeto filosófico do pensador francês baseava-se na possível construção de uma comunhão religiosa, no sentido etimológico de re-ligare, entre os homens, tendo na comunicação o caminho por excelência da manutenção deste vínculo. Como observa Leila Dias, sustentado nos princípios do socialismo utópico, o projeto político-filosófico de Saint-Simon tinha como objetivo a construção de relações sociais mais equânimes. Tal meta

³³ MUSSO, Pierre. A filosofia da rede. In: PARENTE, André (org.). *Tramas da rede: novas dimensões filosóficas, estéticas e políticas de comunicação*. Porto Alegre, Sulina, 2004, p.22.

seria alcançada por meio de um engenhoso projeto de edificação de redes de comunicação sobre o território francês de modo a assegurar uma ampla malha de circulação de todos os fluxos – econômicos, sociais, políticos e culturais –, o que garantiria a melhoria na condição de vida da população.

Se Saint-Simon utilizou o conceito de rede para pensar a mudança social, tomando as redes de comunicação como mediadores técnicos de tal mudança, para Pierre Musso, foram os epígonos simoneanos os responsáveis pela inversão epistemológica e pela “corrupção” do conceito. Pensadores, como Michel Chevalier, identificam o desenvolvimento das redes com uma “revolução política”. Assim, nas palavras de Pierre Musso: “Diferentemente de Saint-Simon, Chevalier transforma a rede em objeto-símbolo: a rede técnica produz, por ela mesma, mudança social”³⁴. Nesse momento, segundo Pierre Musso, o conceito está corrompido.

Ao “sair” do corpo, as redes, em sua versão moderna se materializam e se sobrepõem aos territórios, criando infinitas teias de circulação de pessoas e coisas. O desenvolvimento extraordinário das redes de transportes e de comunicações, a partir do século XIX e sua potencialização no século seguinte, através das redes informáticas, criam um ambiente mais que propício para que o conceito corrompido de rede possa se vulgarizar, superestimando o poder de mudança societária das redes, tomadas como aparatos tão somente técnicos.

Aprisionado neste panorama, diversas operações são realizadas para construir um paradigma pretensamente científico, objetivando a “compreensão” das redes. Elas são logo coisificadas. Isto é, transformadas em coisas que, apartadas do social, adquirem vida própria, porque, na aparência, independente das relações sociais nas quais estão obrigatoriamente inscritas. Aqui se está claramente no reino da reificação, como foi analisado por Marx, Lukács e Lucien Goldmann. Depois esta coisa chamada rede passa a definir, por si mesma, as mudanças societárias. Chega-se assim facilmente ao reino do determinismo tecnológico. Coisificação e determinismo tecnológico são operações que marcam muitos dos “estudos” acerca das redes no mundo recente.

³⁴ MUSSO, Pierre. Ob. cit. p28.

As ilusões sobre as redes não se esgotam aí. A atribuição de um conjunto de qualidades imanentes às redes, como se elas estivessem fora da sociedade capitalista onde nasceram e se desenvolveram, faz aportar mais outras ilusões aos discursos sobre o tema. Como os exemplos são quase infindáveis, cabe eleger alguns representativos. Raúl Motta escreve “...una red és por definición, no jerárquica. Es um tejido de conexión entre iguales”³⁵. Martinho, em um texto mais abrangente, afirma:

A rede é um padrão organizacional que prima pela flexibilidade e pelo dinamismo de sua estrutura; pela democracia e descentralização na tomada de decisão; pelo alto grau de autonomia de seus membros; pela horizontalidade das relações entre seus elementos. (...) a rede opera por meio de um processo de radical desconcentração.³⁶

Ainda que se tenha concordância com todos estes (belos) dispositivos, fica difícil imaginar que as redes possam se constituir em um espaço social, onde todos eles estejam assegurados, de antemão. Inseridas em um contexto societário capitalista, que não prima pela prevalência de nenhuma destas expectativas igualitárias, não é evidente que tal ocorrência possa se dar. Para que isto acontecesse, as redes só poderiam ser pensadas como externas a este contexto ou totalmente impermeáveis a seus designios. Ambas as alternativas não são plausíveis.

Para não desqualificar as expectativas de melhoria do convívio e vínculo sociais, resta formular uma alternativa que incorpore tais dispositivos sem assumir as ilusões de que eles estão já assegurados pelo padrão organizacional mesmo. Nesta perspectiva, um itinerário perspicaz seria propor que tais dispositivos sejam entendidos como potencialidades inscritas, mas não asseguradas, no modelo organizacional rede ou assumir o caráter normativo de tais prescrições, como modelo ideal a ser buscado.

Assim, fica descartada a efetivação automática dos dispositivos inscritos nas redes. Tais ideais passam a ter a sua realização sempre condicionada às dinâmicas históricas provenientes das relações de poder presentes nas diferentes sociedades. Nesta perspectiva, a instigante proposta

³⁵ MOTTA, Raúl. Las redes sociales informales y la búsqueda de la ecuación interactiva entre la toma de decisiones locales y la responsabilidad de la gobernabilidad global. In: DABAS, Elina e NAJMANOVICH, Denise (orgs.) *Redes. El lenguaje de los vínculos*. Buenos Aires, Paidós, 2002, p.376.

³⁶ MARTINHO, C. apud DIAS, Leila. Ob. cit. p.18/19.

de Manoel Castells ³⁷ de considerar que as “redes constituem a nova morfologia social de nossas sociedades” talvez produzisse menos polêmica.

2. Redes: caracterização e componentes

Pode-se tomar como referência as noções de rede definidas por Michel Serres ³⁸ - “uma pluralidade de pontos (picos) ligados entre si por uma pluralidade de ramificações (caminhos), onde o pico é a interseção de vários caminhos e, reciprocamente, um caminho põe em relação vários picos” – e por Pierre Musso ³⁹: “a rede é uma estrutura de interconexão instável, composta de elementos em interação, e cuja variabilidade obedece a alguma regra de funcionamento”. Elas são definições abrangentes e assinalam os indicadores necessários para pensar as redes, em sua atual tessitura social; hoje, sem dúvida, sobredeterminada pela explosão das redes, em especial das informatizadas.

Decerto, as idéias de ramificações, interseções, interconexões, interações e regras de funcionamento são vetores significativos que constituem o conceito de rede, mas outros dados podem ainda ser acionados para dar uma mais rigorosa concretude à noção de rede. Alejandro Piscitelli, enfrentando a questão das mutações das propriedades das redes sob o impacto das novas tecnologias informáticas, afirmou que as novas formas das redes sociais:

Comparten con las redes físicas tradicionales todos sus aspectos básicos – comunidad de intereses, objetivos acotados, interacción periódica, intensidad afectiva etcétera – pero inyectan a estas propiedades otras específicas de la comunicación electrónica a distancia, tales como las relaciones intensas de cuerpo ausente, la transcendencia de barreras geográficas, la prescindencia del parecer en el ser, etcétera. ⁴⁰

³⁷ CASTELLS, Manoel. *A sociedade em rede*. São Paulo, Paz e Terra, 1999, p.497.

³⁸ SERRES, Michel apud MUSSO, Pierre. Ob. cit. p.30.

³⁹ MUSSO, Pierre. Ob. cit. p.31.

⁴⁰ PISCITELLI, Alejandro. Enredados. Ciudadanos de la cibercultura. In: DABAS, Elina e NAJMANOVICH, Denise (orgs.) Ob. cit. p.80/81.

Podem ser acrescentadas a esta lista de propriedades, por certo, a idéia de adesão voluntária à rede e a existência de um projeto compartilhado, como sugere Fachinelli ⁴¹, ainda que tal solicitação possa já estar incorporada nas expressões: “comunidade de interesses” ou “objetivos acotados”.

Ilse Scherer-Warren propõe que três dimensões de análise das redes devem ser consideradas: a temporalidade, a espacialidade e a sociabilidade ⁴². As redes, acionadas as possibilidades tecnológicas atuais, podem funcionar em tempo real e também aproximam entes submetidos a temporalidades culturais distintas.

No registro da espacialidade, as redes tornam frágeis as fronteiras, permitindo interações entre o local e o global. Indo além, Alejandro Piscitelli ⁴³ fala que as redes não só nos conectam com espaços globais e locais, mas que constituem mesmo um outro espaço social: “Las redes ya no son meramente herramientas a través de las cuales nos teleconectamos sino que son espacios donde nos teleencontramos: mundos-redes (networks)”. Em trabalhos anteriores de um dos autores do presente texto, encontra-se a proposição de que vivemos hoje uma sociedade complexa, na qual a sociabilidade torna-se necessariamente compósita, pois conjuga: espaços geográficos e midiáticos; convivências e televidências; fluxos locais e globais, expressos na precisa noção de glocal; e, enfim, realidade contígua e telerrealidade, porque vivida à distância⁴⁴.

Transita-se assim para a dimensão analítica de sociabilidade, imanente às redes. Neste horizonte, outros dados podem ser agregados a esta nova sociabilidade. Fala-se em um espaço ampliado e um tempo reduzido. Roberto Martinez Nogueira assinala que a pluralidade de redes permite que os indivíduos, no contemporâneo, se integrem a múltiplas redes e pertencerem simultaneamente a diversas comunidades ⁴⁵. Ilse Scherer-Warren propõe as formas de

⁴¹ FACHINELLI, Ana. Cristina et alli. A prática da gestão de redes: uma necessidade estratégica da Sociedade da Informação. In: *Revista Com Ciência*, 2000. Disponível em <http://www.comciencia.br/reportagens/socinfo/info14.htm>. Acesso em 31/10/2005.

⁴² SCHERER-WARREN, Ilse. Redes sociais: trajetórias e fronteiras. In: DIAS, Leila Christina e SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da. Ob. cit. p.37.

⁴³ PISCITELLI, Alejandro. Ob. cit. p.85.

⁴⁴ Por exemplo: RUBIM, Antonio Albino Canelas. *Comunicação e política*. São Paulo, Hacker, 2000.

⁴⁵ NOGUEIRA, Roberto Martinez. Redes sociales. Más allá del individualismo y del comunitarismo. In: DABAS, Elina e NAJMANOVICH, Denise (orgs.) Ob. cit. p.343.

sociabilidade das redes possam ser investigadas e nomeadas de acordo com as seguintes categorias analíticas: reciprocidade, solidariedade, estratégia e cognição.

Antes de concluir este itinerário acerca da noção de rede, buscando dar sentido ao conceito, cabe um retorno às questões da adesão e da participação nas redes, que se considera vital para o ângulo de análise deste texto. Roberto Martinez Nogueira lista diferentes modalidades de participação, sempre voluntária, nas redes: específica, cognitivamente orientada, circunstanciada e estratégica. Cada uma destas modalidades de participação implica em envolvimento diferenciados e modos distintos de assumir o compartilhamento do poder, inerente à rede, como a qualquer organização social. Sandra Fernández assinala que:

Un elemento constitutivo de la intervención en red es la existencia de un dispositivo que posibilita la negociación. Todos os actores intervinientes estaban efectivamente presentes, portadores de sus respectivas cuotas de poder.⁴⁶

Chega-se, portanto, a uma constatação essencial para pensar as redes em sua complexidade. Elas sempre estão compostas por uma coletividade de entes que: aderem de modo voluntário; fazem parte de uma comunidade de interesses; partilham objetivos e projetos; compartilham algum envolvimento afetivo e emocional; encontram-se interconectados e periodicamente interagem. Tudo isto pode acontecer de modo presencial e dentro de fronteiras geográficas ou transcender os limites físicos do espaço e do corpo, como é bem mais comum nos dias de hoje. Mais que isto: os entes são solicitados a negociar continuamente suas modalidades de atuação na rede, a partir das cotas de poder que dispõem e que estão inseridas nas relações de poder que organizam a rede. Os resultados deste processo, como se viu, não estão definidos de antemão, mas as condições de interdependência e de compartilhamento estão dadas pelo perfil e pelo caráter desta modalidade de organização chamada rede.

Claro que evocar noções como de democracia, flexibilidade, horizontalidade, descentralização e outras como parâmetros para a definição da categoria rede, sem considerar as dimensões de poder inerentes a toda e qualquer relação social, esteriliza o conceito. Mas ele pode ser

⁴⁶ FERNÁNDEZ, Sandra. La red como alternativa de desarrollo comunitario. In: DABAS, Elina e NAJMANOVICH, Denise (orgs.) Ob. cit. p.399.

acionado como metáfora para pensar novas modalidades de convivência, que permitam alternativas desejáveis de construção de novos mundos, compartilhados.

3. O perfil das redes culturais na Ibero-América

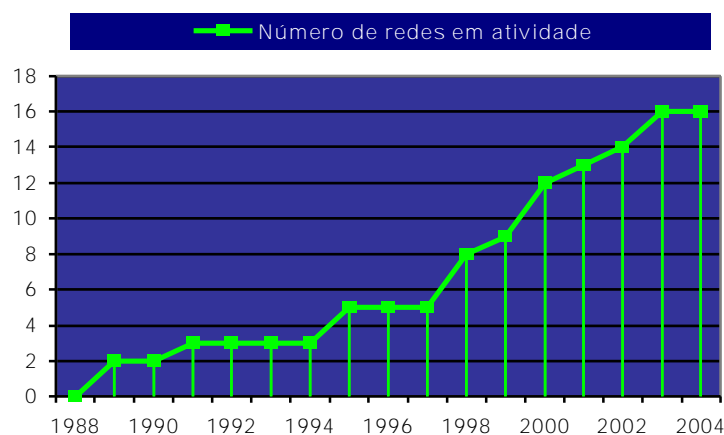
A investigação precedente constatou que a emergência das redes culturais no âmbito ibero-americano é um fenômeno cronologicamente recente. O quadro, construído para o texto da investigação anterior e agora alterado, deve ser novamente citado, pois ele é elucidativo das redes culturais estudadas e de seu ano de nascimento.

Quadro 1 – Redes e ano de formação	
Redes	Ano
Culture Link	1989
Fórum de Ministros e Encarregados de Políticas Culturais da América Latina e Caribe	1989
La Red de Promotores Culturales de América Latina y el Caribe	1991
Rede de Mercocidades – Unidade Temática de Cultura	1996
Rede Mercosul Cultural	1996
Creative Exchange	1998
Red Internacional de Políticas Culturales	1998
Rede Cultural do Mercosul	1998
Andired – Red Andina de Promotores Culturales	1999
IFAACA – Internacional Federation of Arts and Cultural Agencies	2000
Red Internacional para la Diversidad Cultural	2000
Rede Internacional de Observatórios de Políticas Culturais	2000
Iberformat - Red de Centros y Unidades de Formación en Gestión Cultural de Iberoamérica	2001
Comissão Interamericana de Cultura da OEA	2002
Interlocal – Red Iberoamericana de Ciudades para la Cultura	2003
Red de Centros Culturales de América y Europa	2003
Média	1997,69

Os dados disponibilizados indicam que o nascimento das redes culturais data, em média, de 1997,69. Ou seja, elas nascem em um momento situado entre os anos de 1997 e 1998. Considerando o tempo de existência, através também da utilização da média como padrão de análise comparativa, elas tinham 6,4 anos de existência, em 2004.

Ao observar os dados, também é possível constatar o aumento gradativo das redes em atividade e, a partir de 1997, uma ampliação mais relevante do ritmo de nascimento das redes. A taxa média passa a ser 1,57 redes por ano, algo significativo, considerando a especificidade e a amplitude internacional das redes. Esse maior impulso no aparecimento de redes pode ser

facilmente associado à criação da Internet em 1997 e sua rapidíssima disseminação a partir desta data. O suporte tecnológico, não resta dúvida, facilita, agiliza e potencializa a expansão das redes culturais. Mas é sempre bom lembrar que as redes culturais nascem antes da Internet.



Assim, a correlação entre a consolidação da Internet e a multiplicação do número de redes se impõe como recurso explicativo. Entretanto, a emergência das redes, para além de seu suporte tecnológico, sem dúvida essencial, decorre de um movimento social mais amplo que trouxe para o centro da agenda contemporânea a questão da cultura e de sua relação com o desenvolvimento da sociedade. Como pensar, por exemplo, a criação da Rede Internacional para Diversidade Cultural, em 2000, sem articular seu nascimento com a defesa da diversidade cultural em um mundo “ameaçado” pelo processo de globalização? Ou sem associá-la ao debate internacional que culminou na Convenção da UNESCO, em outubro de 2005? Como imaginar da Iberformat, voltada primordialmente para a formação e capacitação de gestores culturais, sem fazer a correlação dela com a exigência crescente de maior especialização e profissionalização? Por certo, as redes hoje comparecem como mais um sintoma da dilatação das fronteiras da esfera cultural.

No rastro da sugestão da autora, parte-se aqui do pressuposto de que a condição necessária para que uma rede se constitua, se mantenha e seja pensada como tal sustenta-se na adesão de uma variedade de outros atores ao projeto que lhe orienta e que lhe dá sentido. Assim,

acompanhando a perspectiva de Martinho ⁴⁷, as redes são tomadas como organizações com certa especificidade em seu modo operativo, que as distingue das demais instituições formais, pois se apresenta como um “projeto deliberado de organização humana”, sustentado em um padrão organizativo que “ajuda os atores sociais a empreenderem, obterem resultados e promoverem a transformação da realidade”.

O prosseguimento da análise exige retomar mais um quadro elaborado no estudo anterior acerca da composição das diversas redes culturais.

Quadro 02 – Composição das redes estudadas				
Redes	Tipos de membros			
	Governos nacionais	Governos subnacionais	Pessoas e organizações da sociedade	Outros*
Andired - Red Andina de Promotores Culturales				
Comissão Interamericana de Cultura da OEA				
Creative Exchange				
Culture Link				
Fórum de Ministros da América Latina e Caribe				
Iberformat - Red de Centros y Unidades de Formación en Gestión Cultural de Iberoamérica				
IFAACA - Internacional Federation of Arts and Cultural Agencies				
Interlocal – Red Iberoamericana de Ciudades para la Cultura				
La Red de Promotores Culturales de América Latina y el Caribe				
Red de Centros Culturales de América y Europa				
Red Internacional de Políticas Culturales				
Red Internacional para la Diversidad Cultural				
Rede Cultural do Mercosul				
Rede de Mercocidades – Unidade Temática de Cultura				
Rede Internacional de Observatórios de Políticas Culturais				
Rede Mercosul Cultural				
* Seus membros incluem observatórios culturais que podem pertencer a todas as categorias ou a categorias não-listadas, como organismos regionais e internacionais.				

Outro momento da análise deve estar voltado para anotar o tipo de membro que compõe redes: governamentais – sejam eles nacionais, subnacionais ou supranacionais –; oriundos do mercado – associações de empresários e de empresas, empresas, empresários etc – ou da

⁴⁷ MARTINHO, Cássio. *Redes – uma introdução às dinâmicas da conectividade e auto-organização*. Brasília, WWF Brasil, 2003. Disponível em http://www.wwf.org.br/publicacoes/livro_redes_ea.htm. Acesso em 31/10/2005

sociedade civil: entidades diversas, sindicatos, associações diversas, ONGs, personalidades, pessoas etc.

Uma primeira observação no Quadro 2 indica a forte presença de redes para-estatais, reunindo governos nacionais (seis) ou subnacionais (três), totalizando oito redes, pois uma das redes, a Iberformat, possibilita a presença de governos nacionais e subnacionais. Isto representa 50% das redes existentes. Devem ser acrescentadas a este cálculo as redes vinculadas às organizações supranacionais, que envolvem articulações de países, em uma espécie de governo acima das nações, como bem assinalou Edwin Harvey. Tais organismos funcionam, a rigor, com entidades para-estatais.

Quadro 3 – Redes culturais e organismos supranacionais	
Redes	Vínculos
Comissão Interamericana de Cultura (CIC)	OEA
Culture Link	UNESCO
Fórum de Ministros da Cultura Encarregados de Políticas Culturais da América Latina e Caribe	UNESCO
Iberformat - Red de Centros y Unidades de Formación en Gestión Cultural de Iberoamérica	OEI
Interlocal - Red Iberoamericana de Ciudades para la Cultura	OEI
Red de Centros Culturales de América y Europa	Convênio Andrés Bello
Red Internacional de Observatorios de Políticas Culturais	UNESCO

Com os dados inscritos do Quadro 3, observa-se que quase metade das redes apresenta vínculos com organismos supranacionais. São sete redes, que perfazem 43,7% do total. Somando-se estes dados com os anteriores têm-se um total de 11 redes culturais associadas de algum modo a instituições para-estatais, em decorrência novamente da possibilidade de inserções simultâneas. Isto representa 68,6% das redes culturais.

Como consequência, somente cinco das 16 redes não apresentam alguma ligação com organizações estatais de algum tipo. Ou seja, 31,4%. São elas: Andired - Red Andina de Promotores Culturales; Creative Exchange; La Red de Promotores Culturales de América Latina e Caribe; Red Internacional para la Diversidad Cultural e a Rede Cultural do Mercosul. Três destas redes são intimamente associadas, pois duas delas – Red Andina de Promotores Culturales (1999) e a Rede Cultural do Mercosul (1998) – tiveram sua criação estimulada por

La Red de Promotores Culturales de América Latina e Caribe (1991). Com exceção da última, nenhuma das redes não-estatais existia antes do advento da Internet (1997).

Para completar esta análise é preciso indicar que existem, pelo menos, três redes que têm composição mista entre entes estatais e não estatais: 18,6% do total. São elas: Iberformat, IFAACA e Rede Internacional de Observatórios de Políticas Culturais.

Tomando como referência o universo pesquisado, pode-se observar que o movimento de constituição e de adesão às redes culturais decorre majoritariamente de instituições já pré-existentes: sejam elas estatais – nacionais, supranacionais e subnacionais –, da sociedade civil ou possivelmente do mercado. Este dado é significativo no sentido de confirmar que as redes não trazem para a cena prioritariamente atores antes inexistentes, mas representam novos espaços a serem ocupados por atores já presentes no ambiente cultural. Isso não deve causar nenhum estranhamento, devido à amplitude do âmbito em análise, pois somente instituições com um mínimo de maturidade e consolidação podem se colocar em um território desta envergadura. Tal constatação não elimina, entretanto, o debate acerca da consideração das redes como novos atores, pois uma nova organização que conjuga atores já existentes pode funcionar em nova e distinta dinâmica de atuação, de tal modo que isto caracterize o aparecimento de um novo ator. Esta discussão, no entanto, só deve ser retomada adiante.

Uma outra vertente de análise dos dados diz respeito aos modos de participação dos membros na formação e no desenvolvimento da rede. Ou melhor, considera os membros que estão associados e, mais que isto, como se envolveram na criação, no desenvolvimento e na chancela da rede. Ainda que possa depois se abrir a uma participação mais ampla, importa muito investigar os membros “fundadores” ou “inspiradores” das redes. Mesmo que possam, no futuro das redes, ocupar um lugar comum, eles têm um peso diferencial no desenvolvimento das redes, inclusive sobre a possibilidade de que elas se desprendam de uma excessiva subsunção a tais membros originários.

4. Redes culturais como novos atores ou como extensão de antigos atores?

É hora de enfrentar as questões colocadas no texto. De início, coloca-se o problema de pensar as redes como atores sociais. Existe hoje uma boa literatura sobre o tema, espalhada em diferentes áreas disciplinares e multidisciplinares. Majoritariamente a postura da literatura sobre o assunto, inclusive quando não limitada às redes culturais, é considerar as redes sociais como atores societários relevantes no contexto contemporâneo. No horizonte que interessa a este texto, o das políticas públicas, por exemplo, pode-se retomar um autor como Volker Schneider, estudioso das redes sociais na formulação e implementação de políticas públicas e do papel das redes na condução de sociedade complexas. Sobre o tema das redes como atores de políticas públicas, ele escreve taxativamente:

A produção de políticas públicas, a problematização e o processamento de um problema social, não é mais um assunto exclusivo de uma hierarquia governamental e administrativa integrada, senão que se encontra em redes, nas quais estão envolvidas organizações tanto públicas quanto privadas.⁴⁸

A proposição de Schneider e de outros autores – a exemplo do já citado Hermílio Santos – é considerar as redes sociais como ator não só do tema das políticas públicas, mas da governança das complexas sociedades contemporâneas.

Apesar de amplamente majoritária, esta posição não é consensual. Existem autores que polemizam a questão. Leila Dias, por exemplo, anota uma restrição:

A rede, como qualquer outra invenção humana, é uma construção social. Indivíduos, grupos, instituições ou firmas desenvolvem estratégias de toda ordem (políticas, sociais, econômicas e territoriais) e se organizam em rede. A rede não constitui o sujeito da ação, mas expressa ou define a escala das ações sociais⁴⁹.

A observação parece endereçada contra todos aqueles que imaginam, de maneira equivocada, que as redes possam ser sujeitos sociais, desconsideradas sua composição e inserção na sociedade. Esta perigosa ideologia, como foi visto, tem uma longa e errante estrada, contaminada por uma concepção corrompida de rede e por um intenso determinismo

⁴⁸ SCHNEIDER, Volker. Redes de políticas públicas e condução de sociedades complexas. In: *Civitas. Revista de Ciências Sociais*. Porto Alegre, 5(1):37, janeiro – junho de 2005.

⁴⁹ DIAS, Leila. Ob. cit. p.22/23.

tecnológico, tão em voga em todos os momentos de larga mutação das tecnologias, como a época em que se vive. Esta concepção, simultaneamente, menospreza a rede como artefato societário e a enfatiza como organização técnica que altera, por si só, a sociedade. A pertinência das premissas não valida, a sua conclusão de que as redes não se constituem como sujeitos, afetando apenas a escala das ações sociais. Por óbvio, seus pressupostos podem ser aceitos, sem que a consequência seja admitida automaticamente como plausível.

Como sustentar que as redes ao conjugar inúmeros entes sociais – muitas vezes bastante distintos, como na maioria dos casos das redes culturais em estudo – apenas potencialize a ação? Caso fosse aceita a conclusão de Leila Dias, uma polêmica, de imediato, se instalaria: qual dos entes terá sua ação ampliada em escala? Uma única possibilidade poderia resolver facilmente este problema: dentre os entes articulados em rede, um ocuparia uma situação tão hierarquicamente distinta que, de pronto, seria tomado como ente com ação potencializada. Longe se estaria do que é desejável em uma rede, mas esta hipótese pode ser acionada, pois aqui não se acredita que a estrutura rede implique automaticamente em relações horizontais entre seus membros. Talvez só nesta circunstância-limite a hipótese possa ser absorvida. Neste horizonte – e apenas nele – ter-se-ia a rede como potencialização da ação de um membro, que participa dela e a comanda, subjugando os outros ao seu projeto.

Fora deste caso extremo, nas fronteiras daquilo que efetivamente pode-se chamar de rede, a formulação parece ter dificuldades. Na circunstância em que não exista tal disparidade fica impossível reduzir a atuação da rede sócio-tecnológica a uma ampliação de escalas. Com diversos entes participando e tendo poder de intervenção, a negociação inevitavelmente realizada, redundaria, de modo muito provável, em uma ação que representasse a confluência dos interesses dos entes associados à rede e não apenas de um deles. Ou seja, a ação engendrada não mais pode ser elucidada pela remissão a nenhum ente particular, mas ganha uma dimensão coletiva como síntese do diverso. Assim, a singularidade da ação desencadeada termina por engendrar um sujeito social distinto dos anteriores. Nenhum ente particular teria, então, sua ação ampliada em escala.

Neste horizonte, a rede, sem esquecer de sua dimensão sócio-tecnológica, tem que ser pensada como sujeito social e, para além disto, ao ser distinto de cada um dos entes já existentes,

emerge obrigatoriamente como um novo sujeito social. Ele age no patamar das idéias e no plano das práticas orientado sempre pelo resultante das negociações entre seus membros, que dispõem de fatias de poder e capacidade de intervenção diferenciados na interior da rede, a depender de sua configuração histórica. Estas características de distinção política e social de seus membros vão demarcar o grau de novidade da rede enquanto ator social. Quanto mais horizontais as relações, maior a possibilidade de aparecimento de um ator novo, diferente dos anteriores, por ser uma síntese de múltiplas determinações. Enfim uma síntese do diverso, efetivamente realizado na vigência de relações democráticas de poder que possibilitam a expressão da pluralidade.

Assim, têm-se duas alternativas extremas para analisar as redes culturais na região: a rede como potencializadora da atuação de determinado sujeito e a rede como sujeito social singular.

A distinção no perfil de composição das redes culturais ibero-americanas evidencia suas condições desiguais, conferindo propriedades distintas no que se refere aos graus de abertura e conectividade e de horizontalidade e hierarquização das redes. Pode-se orientar a análise em pauta através de dois itinerários diferenciados: o grau de abertura da rede para novas adesões e maior conectividade, o que implica na ampliação da rede, e o grau de abertura da rede para socialização das deliberações, o que implica em sua democratização.

A diversidade da natureza das redes vai afetar a variação do grau de abertura e seu potencial de conectividade. Redes oficiais como a Comissão Interamericana de Cultura da OEA (CIC) e a Rede Internacional de Políticas Culturais (RIPC), ambas compostas por Ministros e altos funcionários dos países filiados, já impõem limites rigorosos a sua ampliação e conectividade. A Rede Internacional de Políticas Culturais de partida exige uma demarcação da participação de outros membros que não os Ministros da Cultura dos países membros, que, por sua vez, devem ser obrigatoriamente filiados à UNESCO, fato que limita, ainda mais, o florescimento de uma das características mais marcantes das redes, segundos seus teóricos, qual seja: o seu grau de abertura e, por conseguinte, a capacidade mesma de ampliar suas conexões. A homogeneidade institucional dos membros, com carregada dose de oficialidade, pode ser um freio à amplitude da rede.

Na contramão disto, a densidade no número de adesões e conexões, gerada por uma organização composta por uma diversidade de membros, tais como promotores culturais, fundações públicas e privadas, empresas, é potencialmente maior do que uma rede para-estatal, em especial, aquelas que delimitam com mais exigências os seus membros possíveis. Afinal, como assinalado na investigação anterior: “cada conexão simboliza e recupera o compromisso original que mantém a rede viva. Além disso, a participação voluntária, enquanto pré-condição para existência de qualquer rede, é um grande obstáculo a qualquer tentativa de hierarquização dessa forma de organização social”⁵⁰.

Uma organização como La Red, por exemplo, apresenta dados suscitadores. Entre 1999 e 2001, a referida rede fomentou o intercâmbio de 198 produções no âmbito da América Latina e Caribe, nas mais diversas linguagens artísticas (teatro, música, dança, entre outros), mobilizando um público estimado em de duzentas mil pessoas⁵¹. O grau de conectividade latente em organizações dessa natureza pode ser conferido também pelo imbricamento dessas redes com outras da mesma natureza. Um exemplo ilustrativo desse fenômeno é caso da Andired e a Rede Cultural do Mercosul, ambas mantidas pela La Red, configurando-se uma intrincada correlação de conexões, onde uma rede nasce do interior de uma outra rede.

Por sua vez, as redes para-estatais se apresentam, via de regra, como arenas diplomáticas ocupadas em promover o diálogo oficial entre os países e outros entes governamentais sub ou supranacionais, através de seus representantes. Em grande medida, os resultados gerados por estes fóruns gravitam em torno da formulação de protocolos de intenção, na elaboração de acordos e resoluções que, apesar de sua importância, muitas vezes, não se realizam efetivamente.

Assinalada esta limitação, caberia discutir se estes ‘fóruns’, pelo simples fato de serem estatais ou para-estatais, estariam fadados a ter um outro limite: serem apenas redes potencializadoras de instituições pré-existentes. Em geral, não parece ser este o caso, mesmo porque como fóruns diplomáticos um dos seus requisitos fundamentais é exatamente a negociação – desigual e por vezes prolongada e exaustiva – através da qual é construído um acordo ou um projeto,

⁵⁰ RUBIM, Antonio Albino Canelas; RUBIM, Iuri e VIEIRA, Mariella Pitombo. Ob cit. p.154.

⁵¹ Informação obtida em estudo sobre o papel das redes no processo de integração cultural, elaborado por uma estudante da primeira edição da Cátedra Andrés Bello - UFBA, realizada em 2004. (Salles, 2004)

que deve em tese contemplar os diferentes interesses em jogo, apesar do peso desigual dos entes políticos envolvidos. Assim, tendencialmente, tais redes, apesar das limitações em termos de ampliação e de conectividade, geram formulações e ações que transcendem as expectativas de cada ente filiado, constituindo um outro e novo ator social que interfere no campo cultural ibero-americano.

Na investigação anterior já foi constatada a influência destes organismos nas políticas culturais nacionais. Para além dela, Isaura Botelho, por exemplo, em seu estudo sobre a Fundação Nacional das Artes – FUNARTE no Brasil também assinalou a absorção de formulações da UNESCO pela então Secretaria de Assuntos Culturais do Ministério da Educação e Cultura⁵². Assim, tem-se que, apesar dos limites em termos de abertura, tais redes tendem a se conformar como atores sociais com presença relevante na região, com destaque para algumas atividades que desenvolvem, tais como: sistematização de informações culturais, cooperação cultural, formulação de teses e documentos sobre a cultura e as políticas culturais no mundo atual e na região.

Um outro aspecto que merece ser retomado se refere à estreita articulação entre determinadas redes culturais e alguns organismos supranacionais. Pressupõe-se aqui que esta articulação confere um status privilegiado ao funcionamento dessas redes, pois promove um maior grau de complexidade institucional. Ao contar com a chancela, financeira inclusive, de organismos multilaterais, as redes devem ter uma melhor infra-estrutura organizacional, situação que lhes permite aumentar a capilaridade no seu raio de atuação, otimizando assim o seu grau de conectividade com outros atores e redes. Desse modo, conforma-se um cenário desigual no tocante ao status institucional dessas redes. É interessante perceber também a confluência nas agendas das redes e dos organismos multilaterais. Ambos apresentam pautas temáticas muito semelhantes, elegendo prioritariamente temas e atividades tais como: defesa da diversidade cultural; sistematização de informações; o intercâmbio sobre práticas de gestão cultural; formação e capacitação em cultura.

⁵² BOTELHO, Isaura. *Romance de formação: FUNARTE e política cultural 1976-1990*. Rio de Janeiro, Edições Casa de Rui Barbosa, 2000, p.80-84.

Entretanto, tais redes, relevantes para a região por seu número e qualidade, apresentam algumas dificuldades. Por exemplo, a depender de sua composição, elas podem incorporar como membros entes muito desiguais em termos de “cota de poder” a ser exercida. Em redes que associam desde organismos supranacionais, instituições nacionais ou subnacionais, empresas, entidades da sociedade civil e até indivíduos a desigualdade da interferência é, por certo, por demais acentuado. O risco que estas redes se transformem em meras extensões de atores pré-existentes parece a ser enorme.

Agregue-se a isto, a circunstância de que tais organismos supranacionais precisam construir uma espécie de território efetivo para sua atuação, pois se manter apenas em um patamar diplomático internacional de algum modo fragiliza tais organismos, dado que os torna excessivamente dependentes dos estados nacionais, principalmente, ou subnacionais. As redes transformam-se, por conseguinte, em estratégicas para que os organismos supranacionais possam se afirmar; transcender fronteiras; transpor limites estatais e se conectar com territórios. A desigualdade decorrente da amplitude necessária e o papel estratégico adquirido pelas redes tornam a situação bastante delicada. Para que elas não se configurem como meras extensões dos organismos multilaterais é preciso uma política preciosa e sempre atenta para a tentação de usar a rede como simples extensão do organismo.

No debate acerca das potencialidades configurações das redes, como extensões de atores já existentes ou como novos atores, uma outra angulação precisa ser contemplada. Trata do elo realmente existente entre as instituições mães e as próprias redes. Independente de quais sejam suas características (estatais, de mercado ou da sociedade civil), tais elos, a depender de como estejam sendo trabalhados, podem representar um elemento definidor das possibilidades das redes como extensões ou atores sociais. Toda rede tem necessariamente uma coletividade de origem, que pode ser plural ou estar marcada pela presença de alguma instituição pré-existente. A postura e o objetivo deste coletivo fundador é vital. São situações totalmente distintas: uma atitude que busca manter a rede sob controle e uma outra que, de modo deliberado, visa autonomizar a rede. Elas vão ter repercussões e desdobramentos muito diferenciados sobre o futuro da rede.

OBSERVAÇÕES FINAIS

Uma análise com maior envergadura e profundidade poderia investigar a situação de cada uma das redes culturais ibero-americanas no concernente aos temas tratados neste texto. Por óbvio, tal investigação demandaria mais tempo e recursos, pois implicaria em uma pesquisa detalhada no interior de cada rede específica. Não foi este o caso deste trabalho. Dadas suas limitações de tempo e de recurso, ele buscou traçar um panorama teórico e analítico que balize o debate proposto e inclusive um futuro desdobramento da investigação.

A título de conclusões, é possível tentar algumas formulações no patamar analítico próprio assumido por este trabalho. A primeira delas: as redes culturais ibero-americanas têm relevante papel no campo cultural da região, funcionando como extensão de ator já existente ou se constituindo em novo ator, que deve ser agregado aos que já atuam na área específica das políticas culturais, quais sejam: os estados nacionais; os organismos supranacionais; os estados subnacionais; o mercado e a sociedade civil. A rede como novo ator, retém um grau de complexidade, pois reúne necessariamente como membros alguns daqueles atores sociais.

A segunda formulação propõe que a realização das redes como novos atores ou extensões de atores previamente existentes não depende principalmente do caráter para-estatal ou não-estatal delas, mas decorre antes da desigualdade das 'cotas de poder' retidas pelos membros das redes. Em situação de uma desigualdade muito pronunciada de poder político, a rede tende a ser mera extensão do ente social que a domina e muitas vezes a criou. Em circunstâncias de distribuição mais equânime de poder entre os membros, assegurando processos efetivos de negociação e horizontalidade, a tendência é a emergência de um novo ator social, que se corporifica exatamente por representar a realização desta síntese da diversidade.

BIBLIOGRAFIA

- BALBIS, Jorge. *Ongs, Governancia y Desarrollo en America Latina y El Caribe*. Disponível em http://www.unesco.org/most/dsp53_sp.htm. Acesso em 20/10/2005.
- BARBALHO, Alexandre. Política cultural: um debate contemporâneo. In: RUBIM, Linda (org). *Organização e produção da cultura*. Salvador, EDUFBA, 2005, p.33-52.
- BARBERO, Jesús Martín. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2003.
- BRASIL. *Diagnóstico dos investimentos em cultura no Brasil*. Belo Horizonte, Ministério da Cultura / Fundação João Pinheiro, 1998, segundo volume.
- BOTELHO, Isaura. *Romance de formação: FUNARTE e política cultural 1976-1990*. Rio de Janeiro, Edições Casa de Rui Barbosa, 2000.
- BOTELHO, Isaura. *Modelos de financiamento da cultura*. Rio de Janeiro, FUNARTE, 1997.
- BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas*. São Paulo, Papirus, 1996.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo, Perspectiva, 1998.
- CANCLINI, Nestor Garcia. *Latinoamericanos buscando lugar en este siglo*. Buenos Aires, Paidós, 2002.
- CANCLINI, Nestor Garcia. *La globalización imaginada*. Buenos Aires, Paidós, 1999.
- CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo, Paz e Terra, 1999.
- COHEN, Jean e ARATO, Andrew. *Civil society and political theory*. Cambridge, MIT Press, 1992.
- COLOMBRES, Adolfo. Hacia una política cultural de la integración en el ambito del MERCOSUL In: RECONDO, Gregório (org.) *MERCOSUR. La dimensión cultural de la integración*. Buenos Aires, Ciccus, 1997, p.128.
- CUNHA, Maria Helena Melo da. *Gestão Cultural: Profissão em Formação*. Belo Horizonte, Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, 2005 (Dissertação de mestrado).**
- DABAS, Elina e NAJMANOVICH, Denise (orgs.) *Redes. El lenguaje de los vínculos*. Buenos Aires, Paidós, 2002.
- DIAS, Leila Christina. Os sentidos da rede: notas para discussão. In: DIAS, Leila Cristina e LIMA DA SILVEIRA, Rogério(orgs). *Redes, Sociedades e Territórios*. Santa Cruz do Sul, EDUNISC, 2005, p. 11-28.

- DINIZ, Eli. *Uma perspectiva analítica para a reforma do Estado*. In: *Lua Nova*. São Paulo, (45):29-48, 1998.
- EVANGELISTA, Ely. *A UNESCO e o mundo da cultura*. Goiânia, Editora da UFG, 2003.
- FACHINELLI, Ana. Cristina et alli. A prática da gestão de redes: uma necessidade estratégica da Sociedade da Informação. In: *Revista Com Ciência*, 2000. Disponível em <http://www.comciencia.br/reportagens/socinfo/info14.htm>. Acesso em 31/10/2005.
- FARIAS, Edson. *Ócio e negócio: festas populares e entretenimento - turismo no Brasil*. Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - Unicamp, 2001. (Tese de doutorado em Ciências Sociais).
- FERNÁNDEZ, Sandra. La red como alternativa de desarrollo comunitário. In: DABAS, Elina e NAJMANOVICH, Denise (orgs.) *Redes. El lenguaje de los vínculos*. Buenos Aires, Paidós, 2002, p.395-401.
- HARVEY, Edwin. *Relaciones Culturales internacionales na Iberoamerica y el mundo*. Madri, Tecnos, 1991.
- MADEIRA, Cláudia. *Os novos notáveis. Os programadores culturais*. Oeiras, Celta, 2002.
- MARTINHO, Cássio. *Redes – uma introdução às dinâmicas da conectividade e auto-organização*. Brasília, WWF Brasil, 2003. Em: http://www.wwf.org.br/publicacoes/livro_redes_ea.htm. Acesso em 31/10/2005.
- MARINI, Caio. *Gestão pública: o debate contemporâneo*. Disponível em <http://www.flem.org.br/cadernosflem/CadernoArtigos.asp?IdtCaderno=7>. Acesso em 15/07/2005.
- MICELI, Sérgio. O processo de “construção institucional” na área cultural federal (anos 70). In: MICELI, Sérgio (org.). *Estado e Cultura no Brasil*. São Paulo, Difel, 1984, p.53-84.
- MICELI, Sérgio e GOUVEIA, Maria Alice. *Política cultural comparada*. Rio de Janeiro, FUNARTE / FINEP, 1985.
- MOLES, Abraham. *Sociodinâmica da cultura*. São Paulo, Perspectiva, 1974.
- MONTOBBOIO, Manuel. *La cultura y los nuevos espacios multilaterales*. Disponível em <http://www.campus-oei.org/pensariberoamerica/ric07a08.htm>. Acesso em 05/11/2005.
- MOTTA, Raúl. Las redes sociales informales y la búsqueda de la ecuación interactiva entre la toma de decisiones locales y la responsabilidad de la gobernabilidad global. In: DABAS, Elina e NAJMANOVICH, Denise (orgs.) *Redes. El lenguaje de los vínculos*. Buenos Aires, Paidós, 2002, p.373-381.
- MUSSO, Pierre. A filosofia da rede. In: PARENTE, André (org.). *Tramas da rede: novas dimensões filosóficas, estéticas e políticas de comunicação*. Porto Alegre, Sulina, 2004, p.17-38.

- OLIVIERI, Cristiane. *O incentivo fiscal federal à cultura e o Fundo Nacional de Cultura como política cultural do Estado: usos da Lei Rouanet (1996-2000)*. São Paulo, ECA-USP, 2002. (Dissertação de Mestrado em Ciências da Comunicação).
- ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS IBEROAMERICANOS. *Cultura y sustentabilidad en Iberoamérica*. Madri, OEI / Fundação Interarts, 2005.
- ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS IBEROAMERICANOS. *Cuadernos Cultura I. Conceptos básicos de administración y gestión cultural*. Madri, OEI, 1998.
- PARADA, Eugenio Lahera. *Introducción a las políticas públicas*. Santiago, Fondo de Cultura Económica, 2002.
- PISCITELLI, Alejandro. Enredados. Ciudadanos de la cibercultura. In: DABAS, Elina e NAJMANOVICH, Denise (orgs.) *Redes. El lenguaje de los vínculos*. Buenos Aires, Paidós, 2002, p.77-103.
- RECONDO, Gregório (org.) *MERCOSUR. La dimensión cultural de la integración*. Buenos Aires, Ciccus, 1997.
- RODRIGUES, Adriano Duarte. *Estratégias da comunicação*. Lisboa, Presença, 1990.
- RUBIM, Antonio Albino Canelas. Marketing cultural. In: RUBIM, Linda (org.) *Organização e produção da cultura*. Salvador, EDUFBA, 2005, p.33-52.
- RUBIM, Antonio Albino Canelas. *Comunicação e política*. São Paulo, Hacker, 2000.
- RUBIM, Antonio Albino Canelas; RUBIM, Iuri e VIEIRA, Mariella Pitombo. Políticas e redes de intercambio e cooperação em cultura no âmbito ibero-americano. In: CONVÊNIO ANDRÉS BELLO. *Siete Cátedras para la integración*. Bogotá, Convenio Andrés Bello, 2005 (Serie La universidad y los procesos de integración social), p. 129-167.
- RUBIM, Linda. Produção Cultural. In: RUBIM, Linda (org.) *Organização e Produção da Cultura*. Salvador, EDUFBA, 2005, p.13-31.
- RUBIM, Linda (org.) *Organização e Produção da Cultura*. Salvador, EDUFBA, 2005.
- SALLES, Vanessa. *As redes culturais no processo de integração na América Latina*. Salvador, Cátedra Andrés Bello – UFBA, 2004 (mimeografado).
- SILVA, Augusto Santos. *Cultura e desenvolvimento. Estudos sobre a relação entre ser e agir*. Oeiras, Celta, 2000.
- SCHERER-WARREN, Ilse. Redes Sociais: trajetórias e fronteiras. In: DIAS, Leila Cristina e Lima da SILVEIRA, Rogério (orgs.) *Redes, sociedades e territórios*. Santa Cruz do Sul, EDUNISC, 2005, p.29-50.

SORJ, Bernardo. *Sociedades civis e relações norte-sul: ONGs e dependência*. Disponível em http://www.centroedelstein.org.br/article/Sorj_artigo.pdf. Acesso em 31/10/2005.

VIEIRA, Liszt. *Cidadania e globalização*. Rio de Janeiro, Record, 1998.

VIEIRA, Mariella Pitombo. *Política cultural na Bahia: o caso do Fazcultura*. Salvador, Faculdade de Comunicação da UFBA, 2004 (Dissertação de Mestrado em Comunicação e Cultura Contemporâneas).

WEBER, Max. *Economia e Sociedade*. Brasília, Editora da UNB, 1999, segundo volume.

*

Antonio Albino Canelas Rubim

Coordenador do Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura; Coordenador da Cátedra Andrés Bello – UFBA; Professor Titular de Comunicação da Universidade Federal da Bahia; Docente do Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade. Pesquisador do CNPq

Iuri Oliveira Rubim

Pesquisador do Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura

Mariella Pitombo Vieira

Pesquisadora do Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura